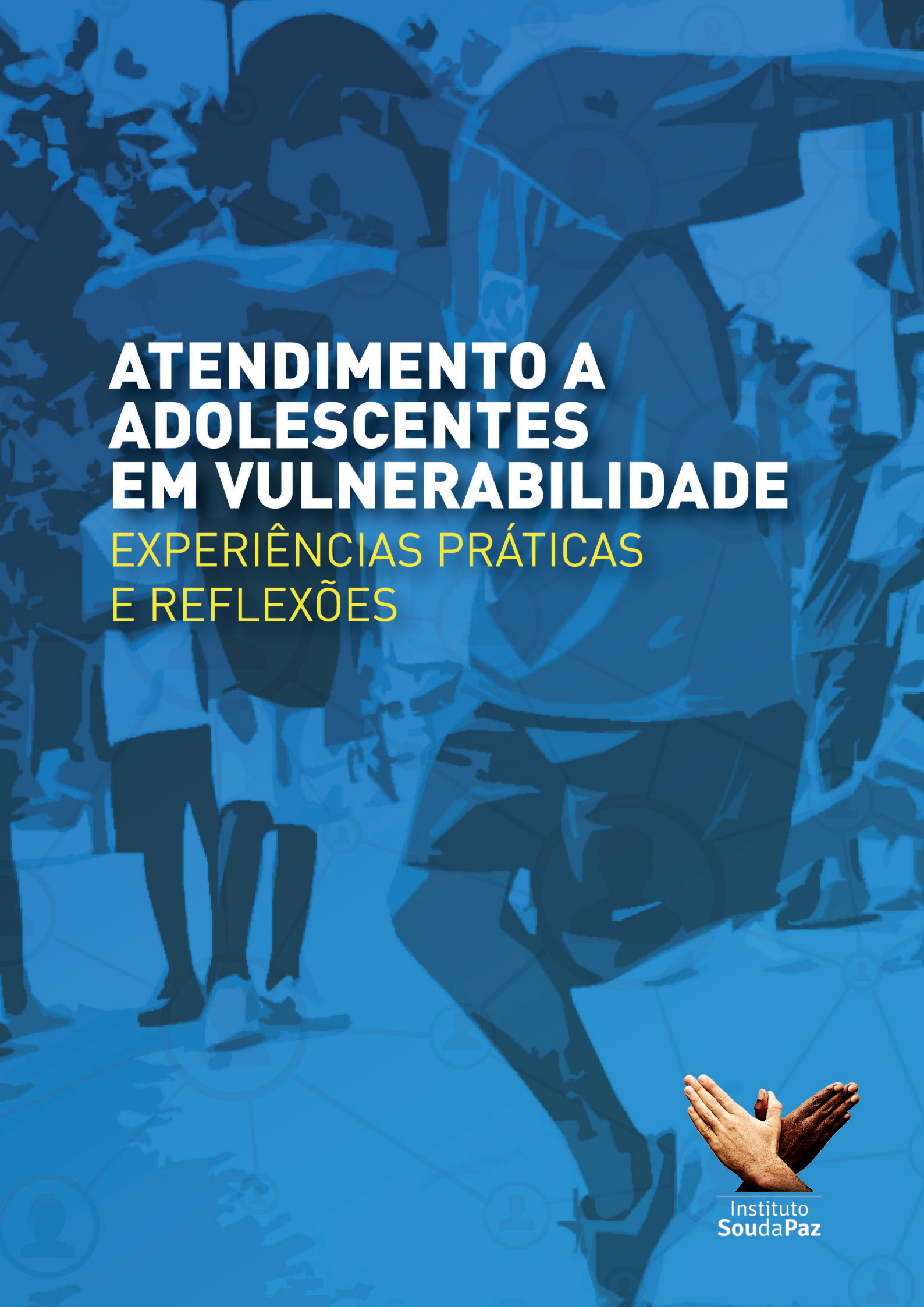

ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE

EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E REFLEXÕES

Instituto SoudaPaz

ÍNDICE

Apresentação 04

Os Encontros de Trocas de Tecnologias Sociais e seus marcos conceituais 05

1º Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais — Trajetória de vida:
um olhar individualizado sobre adolescentes e jovens em vulnerabilidade 08

2º Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais — Juventude
em vulnerabilidade: rede de oportunidades e projetos de vida 19

3º Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais — Redes de proteção:
diálogos para a prevenção da violência 29

Considerações finais 38

Apresentação

O envolvimento de adolescentes e jovens com situações de violência e criminalidade não é fenômeno recente e tampouco exclusivo do Brasil. Há décadas, diversos países enfrentam o mesmo desafio, tendo desenvolvido estratégias e políticas públicas que buscam reverter o ciclo infracional e contribuir para que os adolescentes construam outras perspectivas de futuro. No caso brasileiro, ainda que este tema seja recorrente na agenda política e que a segurança pública figure como uma das maiores preocupações da população, há muito a avançar. A começar pela legislação dedicada a qualificar o atendimento ao adolescente que comete ato infracional – o Estatuto da Criança e do Adolescente – que ainda não foi implementada em sua totalidade.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), construído a partir de um novo paradigma sobre a infância e adolescência que reconhece a condição peculiar destes sujeitos em desenvolvimento, valoriza sua proteção integral e a efetivação de seus direitos, foi um marco no Brasil. O Estatuto também trata das medidas de responsabilização de adolescentes envolvidos em atos infracionais – são seis tipos de medidas socioeducativas previstas. A execução destas medidas foi regulamentada e padronizada pela lei federal nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase) após intensa mobilização dos grupos da sociedade civil e conselhos de direitos da infância e adolescência.

Os avanços expressos nos marcos legais que tratam de políticas públicas voltadas à infância e adolescência no Brasil não foram suficientes para rechaçar a constante ameaça de uma agenda legislativa que vai na direção contrária destes esforços, buscando atender às demandas da sociedade por mais segurança. Se parte da sociedade civil e dos legisladores reconhece que é preciso investir no fortalecimento e qualificação das políticas voltadas a esta faixa etária, outra parcela defende a ampliação do tempo de internação e até mesmo a sujeição dos adolescentes ao mesmo sistema de justiça dos adultos.

Desde sua fundação, em 1999, o Instituto Sou da Paz alinha-se às agendas e concepções progressistas no campo da segurança pública, defendendo a combinação de diversas estratégias para lidar com fenômenos complexos e multidimensionais. Neste sentido, o Sou da Paz também está engajado no fortalecimento e qualificação das políticas voltadas aos adolescentes com envolvimento infracional, defendendo a ampliação de iniciativas de caráter preventivo, que garantam o acesso a direitos e incidam na trajetória de vida deste público. Durante mais de uma década, a instituição implementou projetos voltados a adolescentes e jovens residentes em bairros com altos índices de violência nas periferias de São Paulo.
A partir de 2013, o Instituto Sou da Paz decidiu reformular suas estratégias de atuação no campo da prevenção, atuando mais diretamente na execução das medidas socioeducativas por meio da qualificação continuada das equipes executoras desta política pública e junto a adolescentes por ela atendidos. Que tipo de intervenção deve ser oferecida? Que princípios e práticas devem contemplar? Como realizar ações que tenham mais potencial para incidir na trajetória de vida de cada um? Estas inquietações levaram o Sou da Paz a conhecer e compartilhar experiências de intervenção, buscando com isso orientar a construção de uma agenda programática para a própria instituição e reunir subsídios para incidir na formulação, implementação e fortalecimento de políticas públicas, uma vez que é reconhecida a escassez de experiências com este enfoque. Foi assim que, a partir de 2013, foram realizados os *Encontros de Trocas de Tecnologias Sociais*, eventos que deram visibilidade a experiências inovadoras e promoveram o compartilhamento de saberes a partir da prática de instituições governamentais e da sociedade civil.

Esta publicação reúne todas as experiências apresentadas nas três edições dos *Encontros*, que aconteceram entre 2013 e 2017, e abordaram as seguintes temáticas: olhar individualizado, programas para adolescentes com vivências de institucionalização (em serviços de acolhimento e/ou programas socioeducativos) e articulação em rede. A intenção de reunir e disseminar estes projetos, programas e políticas não é a de manualizar experiências, mas inspirar o desenvolvimento de novas ações e mostrar de que forma desafios comuns podem ser superados. Com isso, esperamos valorizar e fortalecer a agenda de proteção integral e o respeito ao desenvolvimento de todos os adolescentes brasileiros.

Boa leitura!

Os Encontros de Trocas de Tecnologias Sociais e seus marcos conceituais

A realização dos *Encontros de Trocas de Tecnologias Sociais* foi balizada por marcos conceituais e legais aos quais se alinha a agenda de segurança pública defendida pelo Instituto Sou da Paz. Esta agenda problematiza o tipo de esforço e de políticas públicas desenvolvidos nos últimos vinte anos para conter o crescimento da criminalidade violenta. Reproduzindo o discurso e o modelo pautado quase que exclusivamente na valorização da repressão policial e do encarceramento, estes esforços não obtiveram êxito na redução dos índices criminais nem na sensação de insegurança da população.

É neste contexto que ganha espaço o que se convencionou chamar de *novo paradigma da segurança pública*, que alia estratégias repressivas (baseadas na inteligência e no uso proporcional da força) e preventivas, entendendo a prevenção como a somatória de ações em diversos âmbitos. A exemplo do que a saúde pública propõe para tratar epidemias, as estratégias preventivas são elaboradas a partir do olhar sobre causas, fatores de risco e de proteção, grupos e características ambientais com maior ou menor risco e exposição a situações de violência.

Ações de prevenção podem ser classificadas em três níveis: primária, secundária e terciária – sendo a primária direcionada a toda sociedade para minimizar riscos que afetam a todos, a secundária voltada para locais ou grupos mais expostos, e a terciária dirigida às pessoas que já se envolveram, como autores ou vítimas, em atos infracionais (quando praticados por adolescentes) ou delitos. O Brasil carece de experiências qualificadas, sustentáveis e que tenham caráter de políticas de Estado em todos os níveis de prevenção. A situação é pior com relação às ações de prevenção terciária: faltam tanto programas de atendimento a vítimas quanto iniciativas robustas de reinserção social para quem cometeu delitos. Este foi mais um aspecto considerado pelo Instituto Sou da Paz ao decidir pela disseminação de conhecimento sobre iniciativas com potencial de reduzir o envolvimento infracional de adolescentes.

Ainda que seja recorrente o discurso que defende a oferta de educação como solução à violência cometida por jovens, o problema é mais complexo e exige respostas que podem estar articuladas a políticas educacionais, mas não devem ficar restritas a estas. Neste sentido, marcos legais como o ECA e a lei do Sinase apontam a necessidade de se ofertar educação e também outros serviços para reduzir a vulnerabilidade de adolescentes envolvidos em atos infracionais. Para isso, devem ser mobilizados diversos órgãos públicos e instituições da sociedade civil que precisam atuar de forma articulada e sistêmica, evitando assim a duplicação de esforços e incidindo de maneira mais efetiva. Nenhum programa ou política tem condições de, isoladamente, dar conta de todas as dimensões que compõem as situações de vulnerabilidade. Reconhecer a incompletude institucional, como já fazem o ECA e o Sinase, e buscar apoio e articulação nas redes de proteção e garantia de direitos, o engajamento de diferentes saberes e competências, amplia as chances de sucesso das intervenções. Problemas complexos podem ser enfrentados, mas para isso é necessário romper com o isolamento entre as instituições, a falta de articulação e de corresponsabilização.

Considerando este cenário e as contribuições pretendidas para a agenda de prevenção da violência e garantia de direitos de adolescentes em situação de vulnerabilidade, todas as edições dos *Encontros* tiveram a duração de dois dias, sendo que o primeiro dia pretendeu provocar reflexões sobre temas que precisam de mais destaque na agenda política e o segundo trouxe conhecimento técnico sobre as experiências apresentadas para um público que já atua com adolescentes em situação de vulnerabilidade, em iniciativas governamentais ou da sociedade civil. A cada edição, a seleção dos participantes, a condução dos debates e a apresentação das experiências buscaram atender estes objetivos e para o primeiro dia foram convidados gestores públicos, formadores de opinião e representantes da sociedade civil com condições de incidir no debate e no desenho de políticas públicas. Já para o segundo dia, foram convidados profissionais que atuam com adolescentes e poderiam se beneficiar de mais conhecimento sobre aspectos como referencial teórico, implementação da metodologia, custos por pessoa, questões gerenciais e vantagens e desafios de cada programa. Também foram previstos momentos de reflexão sobre desafios comuns aos participantes e os aprendizados gerados por cada *Encontro*.

Profissionais com experiência em moderação de conversas em grupos conduziram os diversos momentos dos *Encontros* para garantir que os convidados pudessem tirar o máximo proveito de cada experiência apresentada. Os representantes das iniciativas selecionadas foram orientados a apresentá-las de forma a deixar claro para os participantes os contextos que levaram à sua criação, as parcerias e recursos necessários, aspectos da metodologia que a diferenciam de outras ações voltadas ao mesmo público, procurando traçar paralelos entre os princípios metodológicos e as práticas cotidianas. Dificuldades na execução da experiência e caminhos encontrados para superá-las, desafios para sua sustentabilidade, aprendizados e recomendações também foram compartilhados.

Curadoria para identificar as experiências

Cada edição dos *Encontros de Trocas de Tecnologias Sociais* foi preparada para dialogar com os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam com adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil e ao mesmo tempo provocá-los, buscando contribuir para a qualificação das iniciativas existentes ou para jogar luz sobre aspectos que estão previstos em marcos legais mas ainda precisam concretizar-se como práticas de atuação. Os temas dos *Encontros* foram definidos após conversas com gestores públicos, tomadores de decisão e outros atores-chave que trabalham na execução da política de medidas socioeducativas. Equilibrar as discussões para dar espaço às demandas destes profissionais, mas também para difundir experiências que demonstram como é possível concretizar princípios como o trabalho em rede, a articulação intersetorial, o atendimento pós-cumprimento de medida no sistema socioeducativo, foi outra premissa da organização dos *Encontros*.

Para identificar e escolher as experiências apresentadas em cada edição foi realizado um extenso trabalho de curadoria balizado pelas premissas conceituais apresentadas anteriormente e que incluiu pesquisas e consultas a profissionais que atuam com adolescentes, buscas na Internet, leituras de marcos legais e teóricos sobre iniciativas direcionadas a adolescentes em vulnerabilidade, entrevistas à distância, leituras de materiais sobre as metodologias (quando estavam disponíveis), além de reuniões e viagens *in loco* para conversar com as equipes responsáveis pela gestão e execução das experiências. A escassez de iniciativas e o número ainda menor de metodologias registradas e sistematizadas fizeram com que este trabalho de seleção fosse longo e apontaram a necessidade de se flexibilizar os critérios de escolha das experiências. Por exemplo, inicialmente previu-se que seriam priorizadas iniciativas com mais tempo de execução, que tivessem sido submetidas a algum tipo de avaliação de resultados e contassem com maior número de atendidos, mas nem sempre foi possível atender a estes critérios. O cenário brasileiro e latino-americano é marcado pela baixa institucionalização das experiências, pela falta de recursos humanos e financeiros que viabilizariam a produção de conhecimento sobre a maioria das experiências[1].

Após reunir o maior número de informações sobre as iniciativas, a equipe do Instituto Sou da Paz analisou cada uma para avaliar sua pertinência em relação ao tema e objetivos do *Encontro*, buscando diversificar o que seria apresentado aos participantes, tanto com relação à natureza da instituição responsável pela execução (poder público ou sociedade civil) quanto com relação aos formatos da intervenção: intersetorial, atendimento direto executado por um único órgão ou instituição, trabalho em rede, articulação entre sociedade civil e poder público, entre outros.

Aspectos como o contexto que levou ao surgimento da iniciativa, coerência entre princípios e prática, efetiva incidência na trajetória de vida dos adolescentes ou contribuição para o desenho de projeto de vida, relação entre os profissionais e os adolescentes, articulação com outras instituições ou políticas públicas, também foram considerados. Na visão do Instituto Sou da Paz, estes pontos conformam práticas que contemplam critérios éticos, sérios e replicáveis no atendimento ao adolescente autor de ato infracional e/ou em situação de vulnerabilidade social.

Os esforços empreendidos na curadoria das experiências, assim como na estruturação da participação de cada convidado a compartilhar informações sobre as iniciativas selecionadas, refletem um desafio recorrente: a falta de investimento no registro sobre o trabalho realizado, com reflexões sobre as metodologias implementadas, desafios e aprendizados sobre a prática. De um lado, os representantes de políticas e programas reconheceram a falta de recursos e tempo para realizar este tipo de registro e reflexão; por outro, os participantes dos *Encontros* também afirmaram que esta prática é pouco comum em suas instituições, o que dificulta o fortalecimento e a disseminação de boas experiências.

Em todas as edições dos *Encontros*, o público enfatizou a importância de se promover espaços de troca e aprendizado focados na implementação das metodologias. Para muitos, trata-se de um tipo de conhecimento valioso e necessário para fortalecer sua atuação cotidiana.

1. Importante destacar que a segunda edição dos *Encontros* apresentou experiências mais longevas e com mais material sistematizado, mas elas foram exceção.

1° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais

Trajetória de vida: um olhar individualizado sobre adolescentes e jovens em vulnerabilidade

1° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais

Trajetória de vida: olhar individualizado sobre adolescentes e jovens em vulnerabilidade

A prestação de atendimento individualizado aos adolescentes em situação de acolhimento institucional ou cumprimento de medida socioeducativa está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, na lei que instituiu o Sinase e em outros documentos de referência como o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, de 2013. Estes marcos legais são bastante claros quanto à necessidade de garantir atendimento individualizado às crianças e adolescentes, porém não explicitam de que forma isso pode acontecer.

A lei do Sinase, por exemplo, determina que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa tenham um Plano Individual de Acompanhamento (PIA) para garantir que o processo socioeducativo seja alinhado às suas singularidades. A primeira versão do texto-base sobre o Sinase, de 2006, apresentava aspectos pedagógico–didáticos a serem considerados na construção e no preenchimento do PIA e que poderiam contribuir para um olhar mais individualizado. No entanto, a versão final do texto, que foi aprovada e está em vigor desde 2012, não incorporou estes aspectos, o que dificulta enormemente o desenho e a execução de políticas voltadas aos adolescentes. Considerando as limitações de uma política pública, prevista para atender grande número de pessoas, até onde é possível ir em termos de prestação de um atendimento voltado às necessidades e interesses de cada indivíduo? Como garantir que cada sujeito seja considerado e que suas demandas podem ser minimamente contempladas? Existem iniciativas governamentais e não governamentais bem-sucedidas? O que podemos aprender com as metodologias que já foram implementadas?

Destas inquietações e da percepção de que muitas iniciativas ainda dão muita ênfase ao delito cometido ou à situação de vulnerabilidade vivenciada pelo adolescente, sem fazer uma leitura mais sistêmica de sua realidade e dialogar com sua trajetória e potencialidades, é que nasceu o tema do *Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais* que buscou fortalecer o conhecimento sobre práticas de atendimento individualizado que de fato contemplem singularidades e demandas dos atendido.

Buscando trazer para o *Encontro* metodologias inovadoras, a curadoria do Sou da Paz decidiu que seriam apresentadas duas iniciativas desenvolvidas no âmbito do sistema de medidas socioeducativas no estado de Minas Gerais, o programa *Se Liga!*, voltado ao atendimento de adolescentes após cumprimento de medidas de internação ou semiliberdade, e o PIA, que dá novo sentido ao instrumento de acompanhamento dos internos; e outras duas no âmbito das medidas protetivas, em especial do acolhimento institucional, que também atuavam com adolescentes. Estas duas últimas experiências — projeto *Lua Nova e Casa das Expedições* – atendiam, respectivamente, adolescentes grávidas em situação de drogadição e crianças e adolescentes em situação de abrigamento.

***

No primeiro dia do *Encontro*, aconteceram mesas de debates para provocar reflexões sobre o tipo de atendimento prestado aos adolescentes em situação de vulnerabilidade. A mesa foi composta por especialistas referências sobre o tema: Maria do Carmo Brant de Carvalho, pós-doutorada em Ciência Política Aplicada, especialista em adolescentes de baixa renda e sua relação com a escola pública; Gabriela Calazans, especialista em saúde coletiva da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; Valéria Pássaro, gestora do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Casa das Expedições.

A primeira apresentação sobre as características dos adolescentes do século 21 e suas aspirações abriu a discussão sobre em que medida projetos sociais e políticas públicas estão atentos e afinados a estes novos perfis. Aspectos como a conectividade, a circulação em outros espaços da cidade e o acesso a mais informações por meio da Internet foram destacados, assim como a existência de novas profissões e a necessidade de que os adolescentes adquiram competências cognitivas e habilidades de relacionamento diferentes daquelas que ainda compõem a grade curricular da maioria das escolas e espaços de formação existentes. O próprio modo de encarar a atuação política, que acontece de maneira mais fluida e difusa, o engajamento em diversas causas, múltiplos interesses e as possibilidades de interação com grupos e linguagens diversas são aspectos que devem ser considerados em iniciativas voltadas aos adolescentes. O mercado de trabalho passou por rápidas mudanças nas últimas décadas, os jovens estão muito conectados por causa das tecnologias e hoje há outros modelos e formas de aprender e compartilhar conhecimento. De que forma as instituições que atuam com jovens estão lidando com isso e se adaptando aos jovens e suas características, foram algumas das provocações.

As contribuições da saúde pública para estruturar atendimentos individualizados no âmbito das políticas públicas também foram compartilhadas. Conceitos que são referência para o enfrentamento de epidemias, como os variados níveis de prevenção, a importância de determinar protocolos para responder a cada problema, individualizando o olhar sem estereotipar os pacientes, a escuta e o atendimento a partir de parâmetros estabelecidos e procurando compreender os contextos em que cada sujeito está inserido, foram os destaques da apresentação. No Brasil, esta perspectiva ainda é muito restrita à saúde pública, quando deveria ser compartilhada por diversas áreas que lidam com problemas complexos.

A experiência da *Casa das Expedições*, abrigo onde vivem crianças e adolescentes na cidade de São Paulo e que é considerada referência no município, foi compartilhada ao final para dar concretude ao que se considera um atendimento efetivamente individualizado no âmbito da rede protetiva: a recuperação da história de vida de cada criança e adolescente, a consideração de que cada um pode ser sujeito ativo em sua trajetória, o olhar para as potências e desejos e o apoio na construção de um projeto de vida, tais como as medidas socioeducativas.

A concepção de atendimento individualizado que norteia a metodologia desse trabalho destacou o tipo de olhar que os profissionais precisam ter com relação aos adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social: é necessário escapar da tendência de classificá-los como "laranjas podres" que teriam um destino predefinido. Da mesma forma, é importante rechaçar o discurso de que as famílias não se envolvem nos projetos. É preciso encontrar maneiras de olhar e se aproximar dos adolescentes e suas famílias, implicando os serviços na criação de diferentes formas de construção e manutenção de vínculos.

As tecnologias sociais apresentadas

Casa das Expedições: resgatar o passado e ressignificar o presente para construir o futuro[2]

A *Casa das Expedições* é um SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes — localizado na zona norte da cidade de São Paulo, onde vivem cerca de 20 crianças e adolescentes. Assim como outros SAICAs da cidade, funciona por meio de convênio junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e apresenta desafios relativos à escassez de recursos e de profissionais. A *Casa* tem sido uma referência no trabalho com crianças e adolescentes em vulnerabilidade.

A equipe gestora entende que o foco da metodologia é a ressignificação das histórias de vida dos adolescentes e de suas famílias. Valéria Pássaro, que apresentou a *Casa das Expedições* no segundo dia do *Encontro*, explica esta visão: "Não adianta fazer um trabalho que não contemple um percurso na vida de cada um. Não dá para pensar o hoje e o amanhã sem pensar no que foi ontem". Na metodologia cabe tanto um olhar da equipe para conhecer o adolescente (e para que este se olhe também) quanto para que cada um amplie o conhecimento sobre a cidade e o mundo.

O foco do trabalho não se limita aos aspectos negativos do passado do adolescente, pelo contrário. As várias dimensões da sua história – de onde veio, com quem morava, o que gostava de fazer – são exploradas. Para isso, a equipe lança mão de estratégias como atendimentos individuais, leitura junto com o adolescente de seus prontuários e relatórios elaborados pela equipe, rodas de conversas, elaboração de livros com textos e fotos, saídas para refazerem percursos significativos pela cidade: lugares de moradia, espaços públicos que frequentavam ou onde foram proibidos de entrar. Mas, avisa Valéria, estas estratégias só fazem sentido e surtem efeito se há um vínculo entre os adultos que atuam na *Casa* e os adolescentes. Este vínculo vai sendo construído e reforçado a partir de vários dispositivos, a começar pela postura da equipe em relação a cada adolescente e as oportunidades de escuta, diálogo e construção coletiva no cotidiano.

Ali, cada adolescente é **visto, escutado e considerado a partir de suas demandas e desejos e dos acordos que constrói com o grupo e com a equipe de profissionais.** Em situações rotineiras, há oportunidades para que todos possam se expressar e fazer escolhas. Por exemplo, à noite o grupo pode decidir qual programa de TV quer assistir. Durante o dia, cada um pode escolher quais atividades quer realizar, dentro de um espectro definido pelos profissionais da *Casa*. Também acontecem assembleias que possibilitam que os combinados sejam construídos de forma coletiva.

2. Experiência apresentada no primeiro do *Encontro*, de forma sintética com o objetivo de sensibilizar o público para a temática que foi mais detalhada e debatida no segundo dia.

Criar **a possibilidade de escolha não significa que os adultos abrem mão de seu papel de orientação, cuidado e educação.** Cada atitude e atividade é pensada e executada em coerência com o projeto pedagógico. Tudo o que acontece ali tem uma intenção, mesmo os momentos mais abertos e livres, quando os adolescentes podem tomar decisões e aprendem a se responsabilizar por elas.

Abrir espaço para a **prática do diálogo e da escolha** é uma forma de valorizar a voz de cada sujeito e com isso facilitar a construção de vínculos. Além disso, contribui para que os adolescentes exercitem sua autonomia, sempre levados a refletir sobre as escolhas que fazem e a responsabilidade por suas escolhas. Isto desenvolve no adolescente a percepção de seu papel como cidadão de direitos e deveres que ele pode exercer e pelos quais pode se mobilizar para que sejam efetivados.

Estas mesmas práticas permeiam todas as ações voltadas à construção de projetos de futuro, preparando-os para a saída do SAICA ao completarem dezoito anos. Esta **construção de planos de futuro** se dá a partir dos desejos e das potencialidades de cada um. Muitas vezes, o desejo não é fácil de identificar, não está evidente nem para o próprio adolescente. Os profissionais do abrigo estimulam a conversa, sem impor modelos ou expectativas e procuram investigar juntos de onde vem o desejo e como pode ser alcançado. Por exemplo, se uma adolescente conta que quer ser veterinária, fazemos uma conversa sobre o que a atrai nesta profissão, se há outras atividades similares que poderia exercer, onde poderia experimentar este tipo de trabalho. A equipe, então, promove atividades que a auxiliem nesta decisão, como passar um dia no zoológico para observar a relação dos profissionais com os animais, acompanhar a rotina de um pet shop, entre outras. Com isso, os adolescentes percebem que seu desejo pode ser materializado de maneiras diversas e conseguem identificar o percurso mais adequado aos seus sonhos, habilidades e expectativas.

Passeios dentro e fora da cidade – chamados de expedições – são organizados pela equipe do abrigo **para que os adolescentes conheçam outras possibilidades de estarem no mundo, profissões, modelos familiares, formas de circulação e relacionamento com outras pessoas**. A experiência de sair de um lugar conhecido e descobrir outros espaços, aproximar-se da natureza, visitar locais da cidade até então desconhecidos, proporciona a ampliação de repertório, novas reflexões e faz surgir desejos. **"As expedições são processos de procura que ocorrem interna e externamente",** explica Valéria.

Neste percurso, as famílias se envolvem gradualmente, estimuladas pela equipe do SAICA. A mesma postura que os profissionais têm frente aos adolescentes orienta essa aproximação com as famílias: **considerar sua história sem julgamentos.** "Quando percebem que não estamos concorrendo com elas na relação afetiva com a criança ou adolescente e também não estamos fazendo julgamentos morais, as famílias costumam aderir rapidamente".

Garantir posturas e práticas que sejam coerentes com a metodologia de trabalho e coesas entre todos que atuam na *Casa das Expedições* **exige muitos momentos de formação e supervisão, dos quais participam todos** – dos educadores às pessoas responsáveis pela limpeza e alimentação, já que todos acabam estabelecendo relações de vínculo com os adolescentes. Segundo Valéria, **não basta ter bom coração** para realizar um trabalho que hoje é referência. A formação continuada e a combinação entre prática e teoria são aspectos muito valorizados no cotidiano da *Casa*.

Para viabilizar esta metodologia, a equipe conta com diversas parcerias. A *Casa* recorre à rede de equipamentos e serviços públicos para encaminhamentos e trocas de informações sobre os adolescentes que estão sendo atendidos pelos serviços, mas também busca apoios privados para possibilitar a realização de alguns dos passeios e outras atividades oferecidas. Isso ajuda a qualificar o atendimento e contribui para uma mudança de visão sobre os adolescentes. **"Nosso papel também é o de fazer com que a rede e a sociedade em geral reconheçam os adolescentes em sua totalidade",** conclui Valéria.

A influência do PIA na dinâmica de trabalho dos executores das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade em Minas Gerais

O PIA, Plano Individual de Atendimento, está previsto no ECA e no Sinase para ser um instrumento de planejamento e acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Ele é o instrumental de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, definidas a partir de seu perfil, história de vida, necessidades e interesses. Na prática, nem sempre os executores das medidas socioeducativas conseguem olhar para as singularidades dos adolescentes e elaborar PIAs que não sejam homogêneos entre os adolescentes, o que acaba tendo reflexos no tipo de atendimento prestado a eles.

A ideia é que o PIA leve em conta os interesses e demandas de cada adolescente, que serão orientadores da intervenção realizada. **Para que o atendimento individualizado aconteça, o instrumental (PIA) é um orientador ao qual devem ser incorporadas práticas de trabalho submetidas à escuta atenta a cada história de vida e às condições objetivas que as atravessam.** A forma como acontecem as conversas com os adolescentes e suas famílias, quais profissionais são envolvidos nesta conversa, na escuta, no registro e na reflexão sobre o que faz mais sentido, além da integração entre todos que participam de alguma forma do atendimento são aspectos relevantes para viabilizar a construção e a execução de um plano que seja, de fato, individualizado.

O estado de Minas Gerais foi um dos primeiros a implementar uma **nova dinâmica que dá outro sentido ao PIA** e tem impactado em todo o trabalho socioeducativo realizado nas unidades de internação e semiliberdade. A Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Suase) concebeu outro formato de PIA para que esse instrumento fosse muito mais do que um documento formal a ser encaminhado à Justiça periodicamente. **Da maneira como ele foi estruturado e como os procedimentos de preenchimento e monitoramento do PIA acontecem, ele tornou-se um organizador de todo o trabalho de atendimento, provocando os profissionais** a se reunirem e discutirem conjuntamente cada caso, a realizarem escutas aos adolescentes e suas famílias, a construírem juntos o que acontecerá durante a medida.

Bruna Albuquerque, responsável pela implementação deste modelo de PIA nas unidades de semiliberdade em Minas Gerais, apresentou os conceitos, práticas e desafios que permearam a experiência. O ponto de partida é a concepção de que o PIA é um plano que dá um norte, uma perspectiva de futuro, ancorado no que se espera de uma medida socioeducativa: que garanta direitos e a responsabilização do adolescente.

No contexto do atendimento socioeducativo, "perspectiva de futuro" não é um projeto de longo prazo, é algo que possa propiciar mudanças na condição presente dos adolescentes, considerando que estão vivendo um processo de construção e reflexão sobre sua identidade. Para que isso aconteça, nas unidades de internação e semiliberdade é preciso **promover um olhar integrado entre as equipes técnicas (pedagógicas, psicológicas e sociais) e entre estas e os agentes de segurança**, que também se relacionam com os adolescentes.

O formato do PIA implantado em Minas Gerais procura provocar mudanças no olhar para cada adolescente e sua família, assim como para a articulação entre todos os profissionais. A equipe que faz a gestão da medida de semiliberdade compara o PIA a um nó, onde se entrelaçam diversos eixos da vida dos adolescentes. A expectativa é que os profissionais escutem e olhem como cada atendido se relaciona com cada eixo: como é a relação com as drogas - uso e trabalho? Com a família? Com a escola? Em que contexto infracionou? Por onde circula ou não circula? Como os profissionais – psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, agentes de segurança – enxergam este adolescente e o que pensam sobre as intervenções a serem feitas?

Para provocar estas intersecções, **o PIA tem dispositivos que devem ser preenchidos em conjunto**. O documento apresenta eixos como saúde, escola, relações sociais e trabalho que exigem um olhar conjunto e em profundidade de toda a equipe. Por exemplo, não basta registrar o tipo de moradia em que o adolescente vive e com quantas pessoas. É preciso entender e registrar como são as dinâmicas familiares, que papel o adolescente tem na família, os adultos que são sua referência e outros elementos que ajudam a equipe a entender quem é aquele adolescente e quais os recursos a seu redor que podem ser potencializados durante a medida socioeducativa.

Outros registros sugeridos buscam atentar para aspectos relevantes como, por exemplo, a saúde do adolescente, registrando a ausência de doenças crônicas, que tipo de tratamento necessita ou está realizando, além de outros pontos que talvez não tenham sido considerados previamente. Ou mesmo sobre o tipo de droga e a frequência do consumo, além da função deste uso para o adolescente – é recreativo? Atrapalha, efetivamente, seu desenvolvimento? Ele usa drogas sozinho, com os amigos, quando está triste? Coloca-se em risco ao fazer uso de drogas? É possível pensar este uso a partir da perspectiva da redução de danos?

Para estimular que as equipes tenham um olhar mais aprofundado sobre os eixos do PIA, **há um esforço constante de acompanhamento dos relatórios pela subsecretaria**. Se os Planos estão descritivos demais, conversas e momentos de formação são disparados pela Suase, buscando contribuir para que todos os profissionais revejam suas práticas. **Sair da lógica da burocratização das rotinas de um programa é um dos maiores desafios** no atendimento a adolescentes em situação de vulnerabilidade e, nesse sentido, o novo modelo de PIA e toda a mudança que provoca com relação à organização do trabalho e à postura frente aos adolescentes e suas famílias é um grande avanço.

Outra mudança na dinâmica do trabalho em Minas Gerais diz respeito à relação dos profissionais com os adolescentes. Considerando que esta relação deve possibilitar a construção de projetos de futuro, é imprescindível que os adolescentes sejam escutados. O novo formato de PIA prevê momentos de escuta e construção coletiva, mas nem sempre os adolescentes estão à vontade para expressar suas opiniões, sobretudo, nos primeiros momentos de internação. O que fazer nestes casos? Este é um dilema que muitos serviços se deparam e, para ser enfrentado, houve necessidade de sistematizar diversas orientações. Inicialmente, a prioridade era respeitar, ao máximo, o tempo de cada adolescente e esperar o momento em que se sentissem tranquilos, mas também é preciso um equilíbrio entre o que adolescente traz ou não e o que a equipe oferta. Também é papel dos técnicos auxiliar na ampliação de repertório de cada adolescente, sem fazer isso de forma impositiva.

A relação com a família é tratada de forma cuidadosa e, na medida do possível, individualizada, **buscando dialogar com o que cada uma pode oferecer como apoio no cumprimento da medida socioeducativa**. A família é vista como aliada no atendimento e todo tipo de atitude que ajude a fortalecer o vínculo com o adolescente é valorizado pela equipe.

Além dos atendimentos em grupo às famílias, elas são chamadas para reuniões com todos os profissionais de referência do adolescente e com o próprio para elaboração e alteração do PIA, quando necessário. A expectativa é fortalecer o vínculo entre o adolescente e seus familiares, não havendo um formato único para que isso aconteça. **Cada familiar se compromete a apoiar o cumprimento da medida a partir daquilo que acha que tem condições de fazer**. No caso da semiliberdade, por exemplo, há mães que se comprometem a matricular o filho na escola e acompanhá-lo nos primeiros dias; outras, a preparar seu prato preferido nos finais de semana em que ele estiver em casa. **Os compromissos podem ser diversos, o importante é que sejam viáveis.**

O trabalho com as famílias também exige atenção à postura profissional. Muitas vezes há uma expectativa sobre o envolvimento dos familiares do adolescente em medida socioeducativa que é pouco realista e prejudica tanto a relação dos técnicos com a família quanto o próprio cumprimento da medida. Quando muda a forma de atuar e interagir com as famílias, por meio de escuta e de ajustes de expectativas, a inclusão dos familiares é mais efetiva e contribui para a construção de vínculos importantes para os adolescentes.

Projeto Lua Nova
e a aposta nas trocas, nas relações e nas redes

O projeto *Lua Nova* foi idealizado no município de Sorocaba, interior de São Paulo, para atender adolescentes grávidas em situação de drogadição, com o objetivo de oferecer a oportunidade de construir um vínculo com o bebê e experimentar outras maneiras de estar no mundo. **O ponto central do projeto é a aposta que todo ser humano tem um potencial e algo a contribuir com a sociedade.**

A proposta é valorizar a relação, entendida como uma troca. Para que a troca aconteça, **é preciso olhar para o que existe, não para o que está faltando**, pontua Raquel Barros, criadora do projeto. Uma postura comum em intervenções junto a grupos vulneráveis é criticar aquilo que não parece bom ou que falta às pessoas e propor mudanças sem considerar seus potenciais. Na *Lua Nova*, cada profissional que atua com as adolescentes precisa sair da posição do adulto que espera determinado comportamento para se abrir ao que de fato as adolescentes apresentam como limites e potências. Este olhar não significa minimizar os problemas que as adolescentes enfrentam nem ignorar sua trajetória de vida, mas buscar ir além e identificar o que elas sabem, podem e querem fazer.

A metodologia da *Lua Nova* é dinâmica, constantemente repensada e reconstruída, buscando **dialogar com a realidade das adolescentes**. Neste processo, muitas das concepções da equipe vão sendo substituídas pelo que as jovens levam ao projeto. Em diversos momentos, a coordenação se deu conta de que construir uma metodologia baseada nas suas expectativas sem considerar as necessidades das adolescentes era a receita para o fracasso e a repetição do que elas já vivenciavam em relação às políticas públicas: eram julgadas por seus comportamentos e sua condição e com isso não tinham acesso a diversos serviços. O uso de drogas pelas adolescentes não era seu único problema, elas estavam sujeitas a outras vulnerabilidades: exames de pré-natal, acesso a métodos de controle de natalidade e até mesmo a matrícula na escola eram muito difíceis, quando não explicitamente negados a elas em função de comportamentos considerados inadequados (prostituição, vida sexual ativa, uso de drogas).

Por isso, o projeto busca **criar espaços e oportunidades para escutar as adolescentes, desde sua chegada** à *Lua Nova*. Cada uma é apresentada ao projeto e à sua dinâmica de funcionamento e escolhe se quer ficar ali ou não. Quando as adolescentes aceitam ficar, ganham um espaço para morar que é compartilhado com outras mães e são convidadas a assumir responsabilidades de cuidados com o local, com a comida, com si mesmas e com o bebê. "A gente trabalha na acolhida com a questão da relação, da proteção e do desenvolvimento de potencialidade, um está ligado com o outro", aponta Raquel. Estes aspectos são trabalhados o tempo todo, por toda a equipe. **As adolescentes são chamadas a participar de diversas situações**, até mesmo fazer telefonemas junto com algum educador, escrever parte do relatório que é enviado ao Judiciário, construir as casas onde vivem, cozinhar.

> Fazer junto tem muita importância no cotidiano da *Lua Nova*, pois é uma maneira de trabalhar a autonomia das adolescentes e valorizar o que elas estão conseguindo realizar. A prática rompe com a sensação de solidão que muitas carregam e não significa uma tutela, pelo contrário: o projeto está sempre orientado para a construção da autonomia de cada uma.

A partir das necessidades e das perguntas das adolescentes, a equipe busca respostas com elas, acreditando que fazer junto, **valorizar o que elas sabem ou o que gostariam de aprender é um caminho para fortalecer sua autonomia.** Por trás disso, há a premissa de que é preciso olhar para a pessoa e não para sua vulnerabilidade.

Para que isso aconteça e cada uma perceba e fortaleça o que pode realizar, a equipe tem um papel relevante. É preciso saber ver que mesmo os aspectos negativos podem ser potencialidades. Certa vez, a coordenadora do projeto perguntou a uma adolescente recém-chegada o que ela sabia fazer e a resposta foi: "eu faço assalto à mão armada". O que poderia ser entendido como uma resposta desafiadora foi elaborado pela profissional como uma oportunidade de releitura desse comportamento vivido pela adolescente, de forma a não reforçar o aspecto negativo. Assim recoloca para o grupo das outras jovens como uma habilidade de planejar situações onde ela conseguia causar emoção nas pessoas (no caso dos assaltos, assustar e provocar medo), e então a adolescente foi encarregada de fazer brincadeiras com as crianças das outras residentes do projeto, pois poderia interagir e despertar várias emoções nas crianças de maneira lúdica. Essa desconstrução é um exemplo de busca por valorizar habilidades ao invés de reforçar estigmas e oferecer outras visões de mundo.

O grupo também discute e constrói combinados para a convivência nas casas que compõem o condomínio construído pelas mães[3] e a equipe do projeto. Semanalmente, as residentes se reúnem para discutir questões e conflitos do cotidiano e periodicamente podem rever regras como os horários de saída da casa. A equipe está presente, mas intervém somente o necessário.

Os profissionais da *Lua Nova* são constantemente capacitados para realizar um trabalho alinhado aos princípios metodológicos do projeto. Nem todos se adaptam ao ritmo e às exigências de ser dinâmico, flexível, conseguir realmente escutar e interpretar falas sem julgamentos e construir vínculos. Não é um trabalho fácil nem previsível, já que cada adolescente chega com uma história e questões próprias que refletem na forma como enxergam a gestação e seu papel como mães.

Na *Lua Nova*, o projeto de futuro de cada adolescente não é imposto e o que se espera de cada uma delas varia. Por isso, não é simples medir os resultados positivos da iniciativa. "A gente oferece uma estrutura que não vai decidir o que ela tem que fazer, só vai mostrar, você só vai dar uma base para ela dançar. 'Dança aí'. Se dança bem ou se dança mal, é outro assunto", conclui Raquel, reforçando a ideia de que o projeto não existe para impor um modelo, mas para criar outras possibilidades a partir do que cada garota carrega em sua história.

Se Liga!
Apoio aos adolescentes pós-medida de internação

O programa *Se Liga!* é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais que oferece oportunidades no retorno à comunidade para adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação e semiliberdade.

O ECA convoca o órgão que executa as medidas de privação de liberdade a manter um programa de pós-medida, mas isto não é realidade em muitos estados do Brasil. Em Minas Gerais, o programa existe desde 2010 e é executado em parceria com duas ONGs. O *Se Liga!* é implementado em todos os municípios mineiros onde há uma unidade socioeducativa (à época do *Encontro*, eram 22 unidades de internação e 10 casas de semiliberdade). Um dos pontos chave de sua metodologia é a livre adesão. "O adolescente está desvinculado do meio judicial e se ele cumpriu a medida, acabou, não tem mais vínculo com a Justiça. Na percepção da equipe, transformar um programa como este em uma obrigação, dá a ele o caráter de progressão de medidas (quando é aplicada nova medida socioeducativa após o cumprimento de outra, em geral, de privação da liberdade) e esse não é o ponto que mais seduz os adolescentes, pelo contrário", explica Lisley Braun, responsável pela gestão do programa.

O que motivou a criação do programa foi a percepção de que muitos adolescentes estavam cumprindo medidas socioeducativas por um período demasiadamente longo, já que os juízes aplicavam àqueles que haviam cumprido a medida de internação uma outra medida, em meio aberto, como forma de garantir o seu acompanhamento pela rede de serviços da comunidade. Isso porque o momento de saída da internação é marcado por muitos desafios. "O *Se Liga!* surge também para sustentar uma alternativa do Estado para essa excessiva vinculação à Justiça porque o adolescente ficava o tempo máximo na internação e, depois, o tempo máximo na Liberdade Assistida. Em alguns casos, ficava seis anos vinculado à Justiça e isso nos fazia questionar o sentido da aplicação da medida socioeducativa", completa Lisley.

> O *Se Liga!* dá um pontapé no retorno à comunidade de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de privação e restrição da liberdade, provocando a articulação entre os serviços da rede de garantia de direitos (escola, saúde, assistência social, trabalho, entre outros). Contribuindo para a articulação entre estes serviços e o encaminhamento adequado para os adolescentes, o programa é uma possibilidade de apoio no momento após o encerramento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, considerado o período mais crítico de ressocialização, que não cuidado é um dos fatores que contribuem para a reincidência infracional.

Para acontecer, **o programa precisa de articulação de rede, inclusive com o Judiciário.** A equipe fica atenta para identificar se determinados juízes decidem pela progressão de medida como forma de proteger os adolescentes e então realiza conversas de apresentação do *Se Liga!* Promotores e defensores públicos também são convidados a conhecer a iniciativa.

Como o programa tem um caráter de livre vinculação, há muito esforço para que, ainda na internação, todos os adolescentes sejam apresentados a ele. Em algumas unidades de internação, os profissionais do programa

3. Há um braço do projeto, cujo o objetivo é trabalhar um processo de transição das mães com seus filhos, no momento de saída da *Lua Nova*. Esse eixo implica na construção de casa pelas próprias mães e a gestão autônoma do condomínio.

fazem gincanas de apresentação e promovem oficinas culturais, sempre com o cuidado de deixar bem clara a diferença entre o programa e aquilo que é feito no âmbito da medida socioeducativa. "A gente tem que ser muito alinhado com a unidade nos bastidores, mas, para o adolescente, o distanciamento e a diferença entre o *Se Liga!* e a medida socioeducativa tem que ser radical, senão eles não querem", aponta Lisley.

Quando a unidade de internação ou semiliberdade encaminha o relatório para o Judiciário recomendando o encerramento da medida do adolescente, uma técnica do **programa vai até o centro de internação para fazer um atendimento individual que explica para este adolescente todos os detalhes do *Se Liga!***, compartilhando também os contatos e um folder com mais informações. Se o adolescente decide participar, a previsão é que o acompanhamento dure um ano e aconteça tanto por telefone quanto presencialmente.

O programa conta com coordenadores regionais e técnicos sociais que atuam como referências aos adolescentes, fazendo um trabalho constante de articulação com a rede. Esta foi uma mudança importante na metodologia. No início, o programa procurava responder a todas as demandas dos adolescentes. "O menino era sempre um pobre coitado a quem o programa tinha que suprir tudo. Agora a vinculação tem que ser na rede", explica Lisley. Mesmo quando o adolescente tem questões a serem trabalhadas com psicólogos, o encaminhamento é feito para outros espaços que ofereçam atendimento terapêutico, por exemplo.

Nem o eixo de articulação nem o de atendimento são obrigatórios e os adolescentes podem deixar de participar a qualquer momento, assim como podem retornar no período de um ano. Isso confere ao *Se Liga!* características muito diferentes de outras políticas e possibilita que o programa seja de fato singularizado. Parte significativa do que o programa oferece é ajudar a conseguir um emprego, o que é de interesse de muitos adolescentes, que necessitam construir formas de se sustentar autonomamente. Esta oferta difere de outros programas que apostam em cursos profissionalizantes, que nem sempre garantem empregabilidade.

Outra mudança no formato do programa é que a família deixou de ser público-alvo para focar-se mais nos adolescentes. Isso porque as políticas públicas têm centralidade na família e, em Minas Gerais, não havia políticas específicas para os adolescentes. A família pode ser chamada em determinados momentos, mas o foco central do trabalho é com o adolescente e sua vinculação à rede. Quando o adolescente demanda, pode haver um atendimento estendido para outros membros da família ou outras pessoas de referência. Por exemplo, se o adolescente apontar desafios que seu responsável vem encontrando para conseguir emprego, relatando que isso impacta em seu cotidiano, a equipe do projeto pode decidir estender o atendimento a este adulto. Já houve casos de atendimento a amigos, namorada e familiares próximos, também.

Com o atendimento do *Se Liga!* aumentam as possibilidades de circulação pela cidade; o adolescente passa a acessar outros serviços e tem mais chances de conseguir trabalho. Estas novas perspectivas podem incidir nos seus projetos de futuro com mais efetividade do que a ampliação do tempo de vinculação ao sistema socioeducativo, uma vez que dialogam com as demandas objetivas que o adolescente enfrenta cotidianamente e o apoiam a buscar formas de respondê-las.

Reflexões sobre as experiências

Garantir atendimento individualizado significa reconhecer que cada adolescente é um indivíduo inserido em determinado contexto, um sujeito cuja existência não se restringe à sua situação de vulnerabilidade. Pelo contrário: cada um carrega consigo uma origem, desejos, saberes, potências, medos, modos de se expressar que devem ser considerados. Buscar conhecer quem é aquela pessoa, o que conta sobre sua história, quais são seus desejos e capacidades, apoiá-la no exercício e construção de sua autonomia, são ações que perpassam as intervenções que foram apresentadas no *Encontro.*

Tirar estes conceitos do papel, incorporá-los ao dia a dia de cada instituição ou programa, não é algo trivial e que pode ser realizado de um único jeito. As experiências apresentadas possuem origens e modelos distintos, mas partem de visões comuns e procuram, cada uma com suas peculiaridades, realizar um atendimento que seja de fato individualizado e alinhado à realidade dos adolescentes, com apoio e provocação pelo fortalecimento das políticas públicas:

- Nenhuma pessoa pode ser definida simplesmente pela sua condição de vulnerabilidade! **Trata-se de uma situação com registros sociais e políticos, não de uma marca identitária.**

- Para que o atendimento individualizado aconteça, é preciso construir e colocar em prática uma **metodologia de trabalho que valorize a relação** entre os adultos e os adolescentes. Ainda que cada serviço ou política tenha seus protocolos e parâmetros próprios, deve haver **espaço para a escuta e o diálogo**, aspectos cruciais para a construção de um vínculo qualificado que poderá potencializar o atendimento realizado.

- Esta relação só acontece se o **lugar dos adolescentes, sua condição peculiar e as maneiras como se expressam forem consideradas.** Para isso, os adultos precisam afinar sua escuta e ajustar as expectativas, sem julgamento moral. Esperar que adolescentes se comportem, se expressem e pensem como adultos não é realista nem produtivo.

- Apoiar adolescentes na construção de outros projetos de futuro significa, além de escutá-los, **provocar reflexões, trazer outros repertórios e possibilitar o exercício da autonomia.** Cabe ao adulto oferecer outras visões, mas não impô-las ou manipular o adolescente para que as aceite.

- Criar práticas que incluam a celebração e o reconhecimento de avanços nos projetos, no desenvolvimento dos jovens e suas conquistas. A cultura do atendimento a esta população frequentemente se baseia no olhar exclusivo sobre punir ou limitar o que está incorreto, focando no que não está bom. Uma prática verificada em algumas experiências **é mudar o olhar para o reconhecimento dos avanços, dos potenciais e dos aspectos positivos**. Esse reconhecimento prévio também facilitará a falar nos momentos em que algo não caminhar bem.

> "A tendência de você dizer 'olha que coisa feia que você fez no seu filho, por que você fez isso?' é a nossa tendência e é um exercício o tempo inteiro e falar "se ela fez isso é por que a gente está aqui do lado e não está conseguindo que ela faça diferente". A história não é por que você fez isso, é 'olha, vamos fazer diferente, você tem capacidade de fazer diferente, em vez de você puxar assim não dá para você pegar assim?' e é o tempo inteiro esse treino que é difícil, mas é um treino necessário aponta Raquel Barros, coordenadora do projeto *Lua Nova*.

- Oferecer **momentos de escolha contribui para o exercício da autonomia dos adolescentes.** Isto pode acontecer desde a decisão por participar ou não de um projeto ou programa, até em diversas situações como decisões sobre participação em atividades, construção de combinados coletivos etc.

- Os programas **não são capazes (e nem devem ser) de dar conta de todas as demandas dos adolescentes**, daí a importância das parcerias, do mapeamento da rede e dos encaminhamentos e da troca de informações entre as instituições.

Abordagem individualizada em relação ao uso de drogas na adolescência

Apesar de não ser o foco do *Encontro*, o consumo de drogas ilícitas pelos adolescentes foi citado como uma situação corriqueira nos projetos e programas. O olhar individualizado para estas situações, balizado pelos pressupostos mencionados neste capítulo, também pode ser aplicado. Porém, esta não é a regra nos projetos, que ainda adotam uma visão estigmatizada do adolescente e reduzem toda a sua identidade à condição de usuário. Para romper com isso, sugere-se uma postura que perceba que o uso de droga também é uma forma de expressar algum desejo ou necessidade. Representantes das experiências apresentadas no *Encontro* expressaram, em suas falas, aspectos a serem levados em conta quando profissionais que atuam com adolescentes estiverem abordando questões relacionadas ao consumo de drogas.

Valéria Pássaro, da *Casa das Expedições*, defende que é preciso reconhecer os diferentes tipos de uso para evitar generalizações. "As drogas fazem parte da adolescência, por isso é fundamental ofertar espaços para diálogo, para que eles possam falar sobre a sua relação com as drogas, e não espaços moralistas de questionamentos". Esta também é a proposta da metodologia do *PIA de Minas Gerais*: escutar o adolescente para entender em que situações ele consome drogas e quais suas expectativas, abrindo caminho para diálogos francos sobre danos e consequências do uso.

Raquel Barros, do projeto *Lua Nova*, compartilha desta percepção. "Quando eu comecei a trabalhar eu achei que eu estava trabalhando com meninas usuárias de droga, mães, esse era o panorama. Eu não tinha noção que o buraco era muito mais embaixo e o uso de droga era nada perto dos problemas. A primeira questão que me assustou foi a da violência sexual dentro da própria família. Existe essa violência e a menina não aguenta ficar, vai para a rua e lá ela usa droga e lá tem os seus filhos. Mas a dimensão que as pessoas dão para a questão da droga é outra e isso prejudica o tipo de intervenção que se realiza", pondera.

Valéria Pássaro concorda: "Os adolescentes chegam fragilizados, muitas vezes sem perspectivas, nas quais a única 'saída' é recorrer para o uso de drogas, e assim apresentam o melhor e o pior deles, como maneira de pedir ajuda. Se os abrigos não estão preparados para lidar com isso, acabam tendo uma atuação coercitiva que não contribui com a construção de vínculo, pelo contrário. O risco é provocar rupturas, fragilizando as relações e potencializando o uso de drogas". Este cuidado na forma de abordar o uso de drogas também faz parte da rotina do *Se Liga!*. Se o adolescente expressa o desejo de procurar apoio para lidar com o problema, a equipe do programa faz as pontes necessárias com algum serviços, sem julgamentos e considerando as necessidades do adolescente.

Participantes do 1° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais

Violence-related Deaths
Nonfatal Injuries Treated in
U.S. Emergency Departments
2007
53,371
Violence-related Deaths
1,549,718
Injuries from Physical
Assaults Treated in E.D.
EMS
II Encontro
de Trocas de
Tecnologias Sociais
JUVENTUDE EM VULNERABILIDADE:
REDE DE OPORTUNIDADES
E PROJETOS DE VIDA

2° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais
Juventude em vulnerabilidade: rede de oportunidades e projetos de vida

As medidas aplicadas para responsabilizar adolescentes que cometem atos infracionais no Brasil são denominadas socioeducativas porque este deve ser o seu principal foco: garantir o acesso a direitos e de forma pedagógica, trabalhar sua responsabilização pelo ato cometido e ofertar ensino, atividades de cultura e oficinas de profissionalização que contribuam para o seu desenvolvimento. Encerrada a medida privativa de liberdade, os adolescentes se deparam com inúmeros desafios ao retornar à comunidade, que incluem a dificuldade em acessar e permanecer na escola, a obtenção de trabalho, a realização de outras atividades que poderiam contribuir para sua formação, a estigmatização, as dificuldades de circulação pela cidade, entre outros. Na percepção de diversos atores do sistema socioeducativo, estes são aspectos que poderiam contribuir para reduzir a reincidência infracional. Porém, o retorno à sociedade dos adolescentes que estiveram cumprindo medida de internação não é questão prioritária das políticas públicas, o que acaba agravando suas vulnerabilidades.

São poucos os estados brasileiros que contam com políticas estruturadas para ofertar apoio a estes adolescentes. Em levantamento realizado a pedido da Secretaria Especial de Direitos Humanos no ano de 2002, o Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) identificou que, entre as unidades de internação pesquisadas em todo o Brasil, 53% não possuíam iniciativas de apoio ao adolescente que terminou de cumprir medida socioeducativa. Entre aquelas que desenvolviam ações com este foco, a maioria realizava acompanhamento periódico à família e buscava a garantia da continuidade da educação escolar (52%). Esforços relevantes, porém insuficientes diante das demandas que se impõem aos adolescentes.

Ainda que no documento que apresenta e detalha o Sinase esteja explícito que cabe à gestão dos serviços de internação dispor de programa de acompanhamento pós-medida, há poucas experiências em curso no Brasil. A experiência de Minas Gerais (*Se Liga!*), apresentada na primeira edição do *Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais*, parecia ser uma das poucas em vigência no país à época da realização do seminário. Considerando que esta é uma lacuna no sistema socioeducativo e que seria importante não só conhecer experiências bem sucedidas para compreender como são executadas, mas também realizar um evento que colocasse este tema em evidência na agenda pública, o Instituto Sou da Paz escolheu este foco para o *2º Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais*.

Um aspecto muito relevante nas experiências que foram identificadas diz respeito ao trabalho em rede. A articulação entre instituições é essencial para dar conta de sua reconhecida incompletude, fortalecer a troca de informações e contribuir para uma visão sistêmica sobre o público-alvo e o devido encaminhamento de demandas e questões. Se esta articulação acontecer no nível do território, ou seja, próxima de onde os adolescentes residem, envolvendo equipamentos e serviços públicos que podem ser referência para ele e sua família, maiores serão as chances de resultados positivos na reinserção social de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa.

A abordagem territorializada, que aposta na co-responsabilização e na união de forças de diversas agências públicas e da sociedade civil que atuam em um mesmo território, vem sendo empregada com sucesso em diversas localidades pelo mundo. Uma das experiências mais antigas e com impacto positivo é a *Coalizão de Prevenção da Violência da Grande Los Angeles* (EUA), ou *Violence Prevention Coalition*. Sua fundadora, Billie Weiss, foi convidada para apresentar a *Coalizão* no primeiro dia do *Encontro*, propondo uma mudança radical na forma como são estruturadas as políticas que visam reduzir a violência, particularmente, aquelas que atingem adolescentes e jovens. A *Coalizão* reúne os órgãos que prestam serviços de saúde, educação e segurança comunitária na cidade de Los Angeles, além de outras organizações da sociedade civil, com foco na articulação de uma rede de prevenção da violência e redução da criminalidade. A *Coalizão* se inspira na abordagem de saúde pública (pautada por diagnóstico, priorização de locais e grupos mais vulneráveis e ações para estimular mudanças de comportamentos) e opera segundo a lógica de responsabilidades compartilhadas entre os atores que a compõem. Eles realizam um trabalho sistêmico e complementar, que busca incidir em várias dimensões. Da mesma forma que não é possível implementar um único tipo de intervenção para reduzir o envolvimento de pessoas e comunidades com a violência, também não é razoável considerar cada indivíduo como um ser isolado, para quem bastaria desenvolver ações que trabalhassem suas questões individuais. Esta é a perspectiva com a qual a saúde pública atua em relação a epidemias, e que deveria nortear um programa de prevenção ao envolvimento ou reincidência infracional.

Após a apresentação de Billie Weiss, Luciana Temer, Secretária Municipal de Assistência e desenvolvimento Social de São Paulo, instituição governamental responsável pelas medidas socioeducativas em meio aberto na cidade (SMADS), e Adilson Fernandes de Souza, assessor da Presidência da Fundação CASA, órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado no estado de São Paulo, debateram sobre os desafios de implementação de programas de atenção à população vulnerável no Brasil na perspectiva da prevenção. Todos reconheceram que esta perspectiva não faz parte da agenda pública no Brasil e que é preciso avançar no estímulo ao desenho e implementação de iniciativas com este perfil.

Violence Prevention Coalition

A *Coalizão pela Prevenção da Violência – Violence Prevention Coalition, ou VPC*, — é uma rede que reúne órgãos públicos e organizações não governamentais e promove uma abordagem inspirada na forma como a saúde pública trata as epidemias. Partindo de diagnósticos sobre locais e públicos mais afetados, é desenvolvida uma combinação de estratégias para modificar comportamentos e reduzir os fatores de risco em relação a determinado problema – no caso da *VPC*, o problema são as agressões físicas e homicídios que vitimam sobretudo a juventude.

A abordagem da saúde pública prevê a atuação em três dimensões: ações de prevenção primária, para reduzir a incidência de novos casos de violência ou que indivíduos se envolvam pela primeira vez em casos de violência; ações de prevenção secundária, para deter o comportamento violento em locais onde já ocorreram casos de violência; e a prevenção terciária, para ações com foco no atendimento à vítima e às comunidades onde um ato de violência ocorreu.

A *VPC* foi criada em 1991 em resposta à escalada de violência letal na cidade de Los Angeles, com a premissa de que se as diversas organizações e indivíduos se unissem, teriam mais força e condições de promover mudanças do que se atuassem de forma isolada. O Departamento de Saúde Pública de Los Angeles liderou a criação da *Coalizão* e convidou representantes de escolas, da Polícia, de ONGs que atuavam em projetos para jovens, pesquisadores, profissionais dos hospitais, de programas de atendimento a vítimas, de saúde mental e que atendiam casos de violência doméstica, entre outros, para compor a *VPC*. A partir dos *Encontros* e formações realizadas para os participantes, foram definidos objetivos comuns e estratégias específicas para dar conta de problemas como violência armada, conflitos entre gangues, violência doméstica e outros problemas relacionados ao contexto dos homicídios.

Nos últimos 20 anos, a *VPC* tem atuado para fortalecer as vozes das organizações, membros e indivíduos comprometidos em acabar com a epidemia de violência, através de formações, recursos, fortalecimento do trabalho em conjunto e pressão por mudanças nas leis e pela implantação de políticas públicas que sejam eficazes para reduzir os índices de violência. Tudo isso com uma abordagem comunitária que busca sempre envolver diversos atores de um território. Como apontou Billie Weiss em um artigo sobre a criação da *VPC*: "O problema da violência em nossas comunidades não será solucionado colocando mais 100.000 policiais nas ruas, construindo mais prisões ou estendendo a pena de morte para mais crimes. As soluções ao problema da violência comunitária dependem do restabelecimento de um sentimento de pertencer àquela comunidade, e à reconstrução de bairros deteriorados. As soluções ao problema da violência comunitária serão construídas a partir do trabalho de organizações comunitárias como a *VPC*"[4].

Para saber mais sobre a *Coalizão*, visite o site: http://www.vpcgla.org/

4. (livre tradução do artigo "*A Public Health Approach to Violence Prevention: The Los Angeles Coalition*", publicado no livro *Preventing Violence in America* - volume 4. Sage Press, 1996)

II Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais
JUVENTUDE EM VULNERABILIDADE:
REDE DE OPORTUNIDADES
E PROJETOS DE VIDA

As tecnologias sociais apresentadas

Sistema de Sostén para adolescentes tutelados: três décadas de apoio a adolescentes e jovens pós-medida protetiva ou socioeducativa

Este serviço existe há 30 anos na província de Buenos Aires, na Argentina, e está a cargo da Procuradoria Geral — equivalente ao nosso Ministério Público. Ele foi criado em 1988, quando uma análise do perfil dos adultos envolvidos em delitos penais identificou que 70% deles haviam tido algum envolvimento infracional na adolescência. A percepção de que era preciso fazer algo para que os adolescentes em medida protetiva ou socioeducativa pudessem ter condições de construir projetos de vida a despeito de suas condições de vulnerabilidade levou ao desenho de um programa piloto, que tornou-se política pública em 1996.

Verónica Lucía Canale, advogada e coordenadora geral do *Sistema de Sostén*, relata que os objetivos do serviço são efetivar direitos, obrigações e responsabilidades a adolescentes em alta vulnerabilidade social, pós medidas socioeducativas ou abrigamento. Segundo ela, o serviço busca oferecer ferramentas adequadas aos tempos e atitudes dos adolescentes. Isso significa que tanto do ponto de vista da concepção metodológica quanto das práticas adotadas, o *Sistema de Sostén* olha para aquele sujeito como uma pessoa em formação. **Quando se trata de adolescentes envolvidos com atos infracionais, o serviço busca olhar o envolvimento como mais um fato e não como uma marca identitária.** "No sistema penal voltado aos adultos, o olhar é exclusivo para o delito. No caso dos adolescentes, o delito é só mais um fato em sua vida, em uma história cheia de outros fatos", pondera Verónica.

O ingresso no *Sistema é* voluntário, a partir de uma avaliação psicológica e conversa entre uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados, além do adolescente. Se ele deseja fazer parte do programa, assina um convênio, tomando ciência de seus compromissos e responsabilidades. Esta foi uma forma encontrada pela equipe gestora do programa para valorizar a participação do adolescente e a bolsa mensal que ele recebe. As bolsas permitem autonomia do adolescente para cobrir custos como alimentação, moradia e estudos e ainda possibilitam que ele reflita e tome decisões sobre como usará o dinheiro. A ideia de **responsabilização subjetiva do adolescente, ou seja, que ele se aproprie de sua história e escolhas, reflita sobre elas e possa tomar decisões**, é ponto central na metodologia do serviço.

O *Sistema Sostén* oferece para cada adolescente um acompanhamento individualizado voltado à sua integração social. Concretamente, são trabalhados os aspectos da formação, encaminhamento para o mercado de trabalho e o fortalecimento de relações interpessoais. Diferente de outras iniciativas em que o acompanhamento individual é realizado por psicólogos, assistentes sociais, o serviço busca outros perfis profissionais para a continuidade do atendimento no formato de mentoria. São perfis que fogem àqueles aos quais os adolescentes já se acostumaram em suas trajetórias institucionais, seja em unidades de medidas socioeducativas ou abrigos. Verónica também realizava acompanhamento dos adolescentes e, assim como seus colegas, percebeu que os adolescentes falavam o que os adultos queriam escutar. "**Quando éramos um programa piloto, nossa equipe era pequena e além dos profissionais da área de psicologia, serviço social e direito, havia o pessoal administrativo. E nós percebemos que era justamente com uma pessoa do administrativo que os adolescentes se sentiam mais à vontade para conversar** e construíam um vínculo mais sólido. Isso nos levou a rever o modelo de acompanhamento", relata.

Atualmente, como dito, os acompanhantes têm perfis profissionais diversos. O que importa é que tenham entre 25 e 50 anos, que tenham concluído pelo menos o ensino médio e tenham capacidade de escuta, flexibilidade, habilidade em construir vínculos e saber fazer articulações e encaminhamentos quando necessário. Este trabalho não é voluntário; os acompanhantes são remunerados e capacitados para atuar com os adolescentes – parte desta capacitação é ofertada pelo Ministério da Educação. Os encontros entre as duplas de adolescentes e seu/sua acompanhante geralmente acontecem em espaços públicos (exceto no momento de seu primeiro encontro de apresentação) para deixar claro que não se trata da mesma dinâmica de atendimento vivenciada em momentos anteriores à adesão ao serviço. Este formato também deixa os adolescentes mais à vontade e possibilita a circulação em outros espaços, rompendo o estigma que muitos carregam em função de sua institucionalização prévia.

"Nós não educamos, ensinamos nem reabilitamos ninguém. Nós tratamos de incluir os adolescentes, considerando suas experiências e desejos. Este é um serviço de acesso a direitos", enfatiza Verónica. Esta concepção baliza a postura dos profissionais do serviço, que não impõem ou direcionam escolhas. Eles podem realizar diversas ações junto com os adolescentes, como apoiá-los para matricular-se na escola, a elaborar seu currículo e buscar emprego, conhecer os serviços públicos e espaços públicos de lazer e cultura, utilizar o transporte público para ampliar sua circulação, entre outros. Nestas situações, fazem junto, mas não pelo adolescente.

Verónica destaca que o aspecto das relações interpessoais é muito valorizado neste acompanhamento. **Fortalecer e valorizar vínculos positivos e ajudá-los a identificar vínculos que fazem mal, fazem parte deste acompanhamento**. Muitos são tímidos e têm dificuldade de se vincular a outras pessoas, por isso este é um dos aspectos mais trabalhados nas conversas com os acompanhantes. "Quando eles começam a namorar, se vinculam a uma vizinha, à dona da pensão onde moram, os acompanhantes valorizam muito esta conquista. **Como qualquer adolescente, os meninos e meninas que atendemos precisam de um adulto de referência",** pondera Verónica.

Outro eixo do programa é o trabalho em rede, que envolve as diversas secretarias e órgãos que recebem os adolescentes e seus acompanhantes na efetivação daquilo que estão buscando - seja uma capacitação, atendimento médico ou outro serviço. Os acompanhantes são capacitados para realizar estas articulações, identificar oportunidades e possibilidades de parceria. **Para que tenham condições de realizarem bem este trabalho, seja promovendo articulações, seja realizando uma escuta qualificada dos adolescentes, há diversos momentos formativos, desde encontros quinzenais com a supervisão do programa até discussão de casos e conversas com especialistas para que possam se apropriar de temáticas novas.**

O tempo de permanência do adolescente no serviço depende de cada indivíduo, de seu tempo de desenvolvimento e da implantação do seu projeto de vida. De modo geral, ele varia entre um e três anos. **Um aspecto a ser destacado neste serviço é seu custo, três vezes menor que o valor necessário para manter um adolescente internado.**

Proyecto Pasos:
articulação intersetorial para acompanhar adolescentes e jovens pós-sanção

O *Pasos* é um programa de acompanhamento pós-medidas socioeducativas, fora da esfera da Justiça, que visa facilitar o processo de integração social dos adolescentes e sua desvinculação com atividades delituosas. O projeto começou a ser implementado no ano de 2012 em Peñalolen, município da periferia de Santiago, capital do Chile. A metodologia foi criada por um grupo de psicólogos e antropólogos vinculados à Universidade do Chile que realizou uma pesquisa para compreender os desafios de promover a reintegração social de adolescentes que passaram pelo sistema de justiça juvenil.[5]

Sofia Montedónico, uma das responsáveis pelo desenho e implementação do projeto, relata que a pesquisa verificou um percentual de reincidência que chegava a 50% dos adolescentes que haviam cumprido medida, sendo que a maioria voltava a ser condenada em um período menor a três meses após o término da sanção. Os pesquisadores identificaram a **necessidade de ofertar mecanismos de apoio mais robustos aos egressos e abordar os casos de maneira integral, envolvendo diversas instituições.**

Estes desafios levaram ao desenho do projeto *Pasos*, que prevê ações em três dimensões: **individual** (para fortalecer o vínculo entre o adolescente e o adulto de referência no projeto); **articulações institucionais** (para fortalecer as articulações em rede); **comunitária** (para disseminar outra visão sobre a delinquência juvenil, visando romper estigmas e preconceitos). **"Não adianta trabalharmos a dimensão individual e a das instituições se a vizinha do adolescente atravessa a rua toda vez que o vê, reforçando a ideia de que ele é uma ameaça",** reflete Sofia.

Para trabalhar o projeto de vida de cada atendido é preciso considerar suas necessidades e interesses e, ao mesmo tempo, apoiar o acesso a bens e serviços. Para que isso aconteça, é essencial o trabalho em rede, que expande as ofertas, amplia a circulação destes adolescentes por diversos espaços e políticas existentes e tem maior potencial para reduzir seu envolvimento com delitos. Cada adolescente é acompanhado por um facilitador — psicólogo ou assistente social — que o apoia na identificação do que deseja para si e no desenho e execução das estratégias necessárias para atingir suas metas.

A partir de uma entrevista sobre projeto de vida, o facilitador desenha junto com o adolescente um plano de trabalho com objetivos concretos de reinserção e desenvolvimento de habilidades. Em paralelo, busca colaborações de diferentes instituições locais e regionais para ampliar as chances de acesso a serviços e programas. **Em alguns casos, o facilitador pode acionar a família e até mesmo buscar apoio e oportunidades para os familiares, buscando com isso garantir um ambiente mais estável para o adolescente.**

5. *Diseño de un Modelo Integral y Multidimensional de Acompañamiento Post-Sanción para Adolescentes Infractores de Ley a Nivel Local en la Comuna de Peñalolén*. Agosto 2013.

Em âmbito comunitário, são realizadas ações de capacitação e fortalecimento das pessoas do entorno do atendido — sejam elas pessoas de referência ou profissionais que atuam na comunidade. Isso amplia a possibilidade de criação de novos vínculos e redes de apoio sem que para isso o adolescente tenha que abandonar seu contexto comunitário. **"Neste projeto, a inclusão social é compreendida como um processo de mão dupla. De um lado, espera-se que o adolescente se sinta motivado a participar de sua comunidade; ao mesmo tempo, espera-se que a comunidade esteja disposta a recebê-lo",** explica Sofia.

O projeto entende que para a reinserção dos atendidos é necessário trabalhar as seguintes dimensões: educação, emprego, saúde, moradia, acesso a direitos, lazer e desenvolvimento integral. Nem sempre há necessidade de apoio em todas elas, mas a premissa é de que cada adolescente deve ser olhado e atendido de maneira integrada, evitando fragmentações e dispersão de recursos e energia.

Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo: novas estratégias para articular a saída da internação e apoiar os adolescentes na construção de seus projetos

O Rio Grande do Sul é um dos poucos estados brasileiros além de Minas Gerais que conta com um programa de atendimento pós medida socioeducativa de internação. O Programa RS Socioeducativo foi criado em 2009 e, quatro anos depois, teve seu nome alterado para *Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo (POD)*. Como o programa não conta com previsão orçamentária, sua execução fica a cargo de organizações da sociedade civil.

No município de Porto Alegre, o *POD*, na época do seminário, era executado com o apoio da Fundação Pão dos Pobres e do Centro de Educação Profissional São João Calábria. O programa prevê acompanhamento psicossocial e escolar, oferta de cursos de iniciação e aprendizagem profissional e inserção no mundo do trabalho, além de uma bolsa mensal aos participantes. **A adesão ao programa é voluntária**, ou seja, os adolescentes podem decidir se querem ou não participar e podem se desligar a qualquer momento.

Assim como acontece no projeto *Se Liga!*, apresentado no 1° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais, os adolescentes são apresentados à proposta do *POD* quando ainda estão cumprindo medida socioeducativa na FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo, responsável pelas medidas socioeducativas em meio fechado no Rio Grande do Sul). Carolina Beck, coordenadora do Programa na Fundação Pão dos Pobres, explica que a Fundação realiza oficinas mensais de apresentação do Programa aos adolescentes com previsão de extinção da medida nos próximos três meses. Estas oficinas são realizadas por profissionais que atuam no *POD* e são momentos dinâmicos, com caráter lúdico, que podem inclusive contar com a presença de ex-participantes do *Programa*. Além das oficinas voltadas aos adolescentes, são realizados encontros com as famílias para que elas também conheçam a proposta de trabalho.

Para realizar a transição entre a internação e o programa e fortalecer a responsabilização e participação dos adolescentes e outros atores no *POD*, criou-se uma metodologia inspirada nos princípios da Justiça Restaurativa e da Comunicação Não-Violenta. "Tradicionalmente, a justiça restaurativa viabiliza encontros entre o autor de um delito e sua vítima, procurando criar um espaço de diálogo e empatia", explica Carolina. Para isso, acontecem círculos de diálogos que podem envolver somente o autor e a vítima ou incluir familiares dos autores e das vítimas, membros de programas e serviços públicos, a depender da situação. Dentro da FASE os pressupostos e práticas da justiça restaurativa são trabalhados de forma diferente. Quando o adolescente está prestes a ter sua medida de internação finalizada, **é realizado um círculo de compromisso do qual participam seus familiares, técnicos de referência na Fundação e um membro da instituição conveniada ao *POD*. Este círculo de compromisso funciona para ritualizar a saída da internação, gerando um novo sentido a este momento para o adolescente e sua família, e fortalecendo a conexão entre eles e os técnicos do Programa.**

Carolina avalia que **o formato dos círculos e os princípios adotados na sua condução, tais como participação, empoderamento, horizontalidade e esperança são muito importantes para contribuir com os objetivos do *POD*.** "Muitos adolescentes têm a percepção de que se disserem o que os adultos querem ouvir, a juíza será boazinha na audiência final. Com os círculos, eles podem experimentar um outro formato de conversa, expressar suas necessidades e se comprometer com aquilo que realmente tem condições". Durante o círculo, é elaborado o PIA-Egresso, documento que será encaminhado à audiência final da medida socioeducativa e que também será compartilhado com a equipe do *Programa*.

Ritualizar o encerramento da medida socioeducativa contribui para gerar no adolescente e sua família outros sentimentos em relação ao programa pós medida. O esforço contínuo de deixar claro que sua vinculação com o sistema de justiça terminou visa levar o adolescente a perceber que a partir de agora ele assume outro lugar, ainda que continue sendo apoiado por ações estatais.

Um círculo de compromisso bem conduzido, com um PIA-Egresso bem registrado, faz toda a diferença na continuidade do atendimento. Porém, é importante destacar que o formato do círculo não é eficaz em si mesmo, ou seja, não basta utilizar este modelo circular, onde a palavra é horizontal, para garantir a efetividade de todo o Programa. Ele depende de muitos fatores, que vão desde o vínculo estabelecido entre o adolescente e seus técnicos, as ações postas em prática no PIA a forma que foram trabalhadas as relações entre o adolescente e sua família durante a medida. Ou seja, o sucesso deste programa de atendimento pós-medida não depende somente da transição e do programa em si, mas também de toda a execução da medida socioeducativa.

Quando a medida é extinta, o adolescente que optou por participar do *POD* é encaminhado à instituição que escolheu e começa então a frequentar as oficinas e cursos conforme o que foi estabelecido no PIA-Egresso. **A metodologia prevê a realização de um pós-círculo um mês depois de o adolescente ter iniciado as atividades no Programa para verificar como os combinados estão sendo cumpridos.** Neste círculo, estão presentes o adolescente, sua família, um profissional do *POD* e o técnico de referência que o acompanhou na FASE. O Programa prevê a realização de outros círculos com estes objetivos, previstos para acontecer quando o adolescente completar seis meses e um ano de participação.

Como o fortalecimento dos vínculos familiares é relevante para a reinserção social do adolescente egresso, caso seja necessário, no período em que ele frequentar o *POD* podem ser realizados círculos de restauração, com participação de seus familiares. Nestes momentos são trabalhados conflitos, sentimentos e desejos de forma a criar maior entendimento e conexão entre todos. É comum que o adolescente não consiga expressar seus sentimentos e necessidades em relação à família. A metodologia de escuta horizontal, a valorização da empatia, o acolhimento da necessidade do outro sem julgamentos são aspectos que contribuem para construir relações com mais qualidade e vínculos mais fortes. Nestes momentos, os responsáveis pelo programa ocupam o papel de intermediar e apoiar a construção de novas relações familiares. Atuação que se diferencia muito de práticas recorrentes em serviços, que cobram das famílias cuidados com os quais nem sempre estas conseguem se comprometer, sem oferecer-lhes ferramentas e apoios necessários para tal construção.

A permanência no *POD* não é obrigatória e os adolescentes podem se desligar a qualquer momento. Porém, **a equipe gestora do programa identifica que quanto maior o tempo de permanência, maiores os percentuais de inserção na escola, em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho**. Carolina aponta que o índice de reincidência entre os adolescentes que participam do *Programa* é muito baixo e que ele conta com filas de espera, evidenciando a necessidade de ampliar as vagas disponíveis.

A Justiça Restaurativa é uma técnica de solução de conflitos que valoriza a escuta das vítimas e dos ofensores em diversas situações. No Brasil, ela existe há mais de 10 anos e é incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça como complementar ao processo judicial. Ela é utilizada para prevenir e reduzir conflitos em escolas, apoiar medidas socioeducativas (como é o caso do Rio Grande do Sul) e em crimes de menor potencial ofensivo. Os círculos de construção de paz são uma das principais ferramentas utilizadas em práticas restaurativas. Eles consistem em um processo de diálogo que cria um espaço seguro onde problemas muito difíceis ou dolorosos podem ser discutidos. Dependendo do contexto, os círculos recebem outros nomes, como no *POD*.

Muitas práticas restaurativas aplicam a Comunicação não-violenta, criada pelo psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg para comunicar-se em contextos marcados por diferenças entre as pessoas, onde o intuito é apoiar a transformação dos envolvidos, construir acordos de convivência e restaurar as relações. A Comunicação Não-Violenta está estruturada em quatro elementos: observar sem julgar; identificar e expressar as necessidades; nomear os sentimentos em jogo; formular pedidos claros e possíveis.

Reflexões sobre as experiências

As três experiências apresentadas no *2º Encontro* trabalham a construção do projeto de vida de adolescentes que cumpriram medida de internação por meio de estratégias distintas, que apresentam em comum a atuação sistêmica e integrada. Ou seja, **além de considerar a dimensão individual do adolescente**, partindo de suas necessidades e desejos, elas **atuam sobre as dimensões familiares e comunitárias**, além de outras que se fizerem necessárias. Elas partem das seguintes premissas:

- O **adolescente é um sujeito em construção. Não à toa, os responsáveis pelas apresentações desta edição pontuaram que "projeto de vida" quando se trata deste público refere-se a algo de curto prazo**, no máximo médio. Isso porque eles têm consciência de que este é um período de experimentações.

- É preciso apoiá-los na **construção de sua autonomia, possibilitando a escolha em participar e permanecer em determinado programa, criando oportunidades de escolha sobre qual curso querem realizar** (no caso do *POD* e do projeto *Pasos*), **ou gerando autonomia para circular por diversos espaços** (caso de Sósten). Nas metodologias de trabalho apresentadas neste *Encontro*, como há muito cuidado na construção do vínculo, na escuta e no apoio aos participantes, a evasão dos adolescentes tende a ser menor.

- Parte significativa dos adolescentes envolvidos em atos infracionais apresenta condições de vulnerabilidade social e econômica, **com pouco acesso a políticas e serviços públicos, redes sociais fragilizadas e poucas referências para buscar outros projetos de vida.** Ou seja, **lidam com contextos bastante complexos e desafiadores, que exigem mais do que mudanças de atitudes ou comportamentos.** É preciso também incidir sobre outras dimensões deste adolescente.

- Criar **espaços para que outras relações com as famílias possam ser desenvolvidas**, como é feito no *POD*, **assim como articular uma rede de serviços e políticas que possam acolher este adolescente**, como faz o projeto Pasos, é imprescindível.

- **Reproduzir o discurso de culpabilização das famílias sem ofertar a elas outras ferramentas para que possam apoiar seus filhos não altera a condição dos adolescentes.** As famílias ainda são muito responsabilizadas pela situação dos adolescentes e há uma expectativa enorme para que sejam capazes de romper o ciclo de envolvimento infracional. Porém, elas também têm pouco acesso a serviços, repertório limitado e padecem de problemas semelhantes aos dos seus filhos em relação à escolarização, inserção no mercado de trabalho e outros desafios.

- É importante que **outros adultos possam atuar como referência para os adolescentes** e contribuir para a construção e realização de seus projetos de vida.

- Incidir sobre a **dimensão comunitária significa fortalecer a integração entre os serviços, reduzir o estigma que muitas pessoas e instituições carregam com relação aos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa** e pressionar para que os adolescentes tenham seus direitos básicos garantidos.

- **Trabalhar bem a passagem entre o sistema socioeducativo e o programa pós-medida faz diferença no engajamento dos adolescentes**. É preciso não só que o adolescente tenha condições de conhecer o programa quando ainda está institucionalizado, mas que haja uma efetiva articulação entre os profissionais envolvidos, com compartilhamento de relatórios e informações, participação de profissionais do programa de egressos em atividades da internação e vice-versa. Estas práticas ajudam a fortalecer um olhar sistêmico e mais qualificado sobre os adolescentes.

- **Garantir atendimento após as medidas fora da justiça**, marcando o encerramento da etapa de responsabilização infracional para o início da ressocialização junto com atores da comunidade e serviços do governo, reduz a possibilidade de reincidência. Esse período imediato ao encerramento das medidas socioeducativas configuram como o mais crítico, portanto, é importante o acompanhamento continuado, visando o fortalecimento e a autonomia do adolescente no retorno a sua comunidade.

II Encontro
de Trocas de
Tecnologias Sociais
JUVENTUDE EM VULNERABILIDADE:
REDE DE OPORTUNIDADES
E PROJETOS DE VIDA

3° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais
Redes de proteção: diálogos para a prevenção da violência

A articulação e o trabalho em rede, necessários para lidar com as condições de vulnerabilidade social de adolescentes e jovens adultos, são parte importante de uma estratégia de prevenção da violência e redução da reincidência infracional. As experiências apresentadas na segunda edição do *Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais* adotam metodologias distintas para apoiar os adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas no seu retorno à comunidade, mas nenhuma abre mão das parcerias e da articulação com serviços e instituições. Se não puder contar com apoio e não houver comunicação, complementaridade e co-responsabilização com outras ações, qualquer iniciativa, por melhores que sejam suas intenções, fica isolada e enfraquecida. Ainda que muitos atores que compõem o sistema de medidas socioeducativas e de garantia de direitos tenham esta percepção, na prática ainda predomina a lógica do encaminhamento, ou seja, em que uma instituição "repassa" determinada demanda para outra, sem se implicar na resolução e no posterior acompanhamento do caso.

Como desconstruir este tipo de prática e fortalecer a cultura da colaboração e da responsabilização compartilhada? E como fazer isso trazendo atores que integram o sistema de justiça juvenil e as forças de segurança pública – polícias e guardas municipais? Estas foram as inquietações que levaram ao tema do *3º Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais* e à seleção das experiências apresentadas.

Uma rede ativa, coesa, bem informada e que tem um olhar sistêmico para os fenômenos de determinado território é capaz de pensar e executar estratégias mais eficazes em relação às demandas, realizar um serviço qualificado e comprometido. Esta premissa deve valer para todas as instituições, não somente aquelas tradicionalmente vinculadas ao que se denomina "rede de proteção social", ou seja, responsáveis por prestar serviços de educação, saúde e assistência social. No caso das medidas socioeducativas, são vários os atores envolvidos em sua execução: as Polícias, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, entidades estatais responsáveis pela execução da medida, serviços conveniados aos municípios que executam a medida socioeducativa em meio aberto, como no caso de São Paulo, dentre outros. E todas elas precisam realizar um trabalho integrado.

Profissionais que atuam nos serviços de medidas socioeducativas, assim como familiares e os próprios adolescentes envolvidos em atos infracionais, reconhecem o distanciamento com os órgãos policiais e do sistema de justiça, que são a porta de entrada para o sistema socioeducativo. O excessivo volume de ocorrências e o formalismo que caracteriza as instituições de justiça e segurança no país fazem com que a comunicação seja pontual (por exemplo, no momento da audiência do adolescente com o juiz) e marcada por jargões técnicos que nem todo mundo compreende. Muitos adolescentes não conseguem entender o que caracteriza uma medida socioeducativa, o tempo de execução, seus direitos e deveres e o que está acontecendo durante sua audiência. Da mesma forma, o acompanhamento realizado pelo Poder Judiciário acontece de forma distanciada das unidades de medidas socioeducativas, por meio de relatórios técnicos. Há pouco contato entre os adolescentes e seus familiares e o Ministério Público, a Defensoria e juízas e juízes da infância e da juventude. Mesmo que os operadores do Direito contem com equipes técnicas de apoio, eles acabam tendo pouco contato com os profissionais responsáveis pelo acompanhamento das medidas em meio aberto ou fechado.

De certa forma, esta dinâmica de trabalho reproduz a desarticulação do atual modelo de segurança pública, com cada instituição fazendo o que lhe compete sem troca de informações que possibilitariam uma visão sistêmica sobre os problemas e a construção conjunta de soluções, e com poucos resultados efetivos. Considerando todos os desafios e limitações que cada instituição enfrenta, o Instituto Sou da Paz aposta que é possível adotar outras dinâmicas de trabalho, conforme atestam as experiências apresentadas nesta edição. A Justiça tem um grande poder de convocação, que poderia ser utilizado para agregar outros atores para a rede de proteção.

Para abordar a aproximação entre o sistema de justiça e a população, foi selecionada uma experiência internacional desenvolvida nos Estados Unidos, que abriu o primeiro dia do *Encontro*. Esta iniciativa é realizada pelo *Center for Court Innovation (CCI)*, uma organização não governamental norte-americana que atua no estado de Nova York com intervenções que buscam testar alternativas ao sistema de justiça formal. Além de apostar em intervenções inovadoras, o *CCI* realiza pesquisas para avaliar esses projetos e oferece assessoria técnica a outras regiões dos Estados Unidos. O foco da apresentação foi o *Red Hook Community Justice Center*, um centro de justiça comunitária que existe desde 2010 e conta com juízes e advogados para lidar com situações diversas em uma comunidade na periferia do distrito do Brooklyn que conta com mais de 230 mil habitantes. Os profissionais e as ações desenvolvidas no espaço buscam enfrentar os fatores que levam as pessoas a se envolverem com o sistema de justiça; ou seja, não se trata somente de receber réus, julgá-los e aplicar determinada sentença.

Viviana Gordon, coordenadora do *Centro*, relata que ele conta com um juiz que lida com casos que tradicionalmente poderiam ser encaminhados a três diferentes tribunais: delitos com menor potencial ofensivo, casos de delinquência

juvenil e problemas de habitação envolvendo moradores de conjuntos habitacionais de baixa renda. O juiz e os demais profissionais que atuam ali conhecem a fundo a comunidade, são acessíveis aos moradores e devem prestar contas dos resultados obtidos na melhoria da segurança pública. O trabalho é voltado para enfrentar os fatores que levam as pessoas a se envolver em situações de conflitos ou delitos, reconstruir a confiança da comunidade na justiça formal e criar parcerias para fortalecer o que aquela comunidade tem de positivo. Assim, ali também há diversos serviços sociais aos quais as pessoas podem ser encaminhadas.

Ao longo dos anos, o *CCI* criou parcerias com tomadores de decisão em todos os níveis de governo - federal, estadual e local -, assim como desenvolveu relações com dezenas de grupos comunitários. Viviana Gordon acredita que a aproximação do sistema de justiça com as comunidades pode incidir na redução da violência, em uma melhor relação da população com o sistema de segurança pública e justiça e tem condições de incidir no projeto de vida de adolescentes envolvidos em delitos.

A partir da apresentação do *Center for Court Innovation* e dos centros de justiça comunitária, foi realizado um debate entre Dr. Renaldo Cintra Torres de Carvalho, desembargador e vice-coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude do tribunal de Justiça de São Paulo; Soninha Francine, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo; Marina Bragante, Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo; Fábio Silvestre, educador e militante de direitos humanos da criança e adolescente. Os participantes reconheceram que o poder judiciário tem uma relação distante com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e isso se explicaria pelo fato dos juízes serem responsáveis somente pela fase decisória acerca da medida mais adequada a cada caso e por verificar seu cumprimento. A importância da intersetorialidade entre o sistema de medidas socioeducativas e a assistência social, saúde e educação foi destacada, mas ficou evidente, nas falas dos participantes, o quanto há um distanciamento que precisa ser reduzido.

O acompanhamento dos adolescentes que terminaram de cumprir medida socioeducativa na Fundação CASA, o co-financiamento estadual para a oferta de políticas públicas, bem como a criação de espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil para a apresentação de propostas no campo das medidas socioeducativas também foram abordados como possíveis caminhos para diminuir este distanciamento e fortalecer ações integradas. As formas de aproximação entre os operadores do direito e os que ofertam as medidas socioeducativas, também foram abordadas na conversa, revelando interpretações distintas. Ainda que todos tenham reconhecido a importância de uma atuação dos juízes e demais operadores do direito mais próxima da sociedade, houve dissenso em relação aos limites da discricionariedade destes atores. Por um lado, alguns argumentaram que é impossível cobrar coesão entre todos os operadores do direito, que atuam com base em suas visões sobre a realidade; por outro, defendeu-se a importância de que existam parâmetros mínimos que embasem e orientem as decisões apresentadas.

Viviana Gordon retomou o histórico de engajamento do primeiro juiz a atuar na corte comunitária, ressaltando a importância de identificar profissionais com perfis mais abertos a rever sua atuação. Alex Calabrese, o juiz responsável em *Red Hook*, já realizava a aplicação de medidas alternativas aos jovens em conflito com a lei, e compreendia a relevância de ações correlatas. Viviana apontou três elementos fundamentais para o engajamento da sociedade a ideias inovadoras: a existência de um projeto e sua aceitação pela comunidade, a participação de uma liderança política que dialogue com o sistema de justiça, e a existência de impactos visíveis da intervenção realizada. A relevância de um trabalho que não seja só articulado, mas que contemple a responsabilização entre diferentes atores do campo das políticas públicas, foi ressaltada pelos participantes como outro desafio a ser superado.

As tecnologias sociais apresentadas

Rede Maranhense de Justiça Juvenil: sociedade civil e poder público unidos para fortalecer a execução das políticas e a garantia de direitos dos adolescentes

A *Rede Maranhense de Justiça Juvenil (RMJJ)* é composta por mais de 20 integrantes, entre organizações não governamentais e instituições públicas, que buscam qualificar o atendimento socioeducativo naquele estado e fortalecer a garantia de direitos dos adolescentes em conflito com a lei. Elizabeth Ramos, representante da *Rede*, iniciou seu relato apresentando o contexto de criação da *RMJJ.*

Em 2007, buscando identificar oportunidades de atuação com foco na qualificação de políticas no campo da infância e adolescência, a *Fondation Terre des Hommes* realizou um diagnóstico sobre o sistema socioeducativo no Maranhão, em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente Padre Marcos Passerini (CDMP). O levantamento evidenciou a **oferta insuficiente de serviços de medida socioeducativa em meio aberto, a fragilidade na atuação do sistema de garantia de direitos e a necessidade de qualificação continuada dos profissionais que atuavam nela**. Somente 36 dos 217 municípios maranhenses realizavam atendimento socioedu-

cativo em meio aberto e, de modo geral, os profissionais se apresentavam descrentes em relação à possibilidade de mudança da realidade vivida pelos adolescentes envolvidos em atos infracionais. Diante deste cenário, era urgente reunir as organizações que atuavam com a temática para que realizassem ações de mobilização e incidência política, com foco nas medidas socioeducativas em meio aberto.

Lançada em 2009, a *Rede* foi pensada para integrar organizações da sociedade civil, e, diante da complexidade das demandas e do interesse de instituições em atuar por mudanças no sistema socioeducativo, logo se expandiu e integrou instituições governamentais, como o Ministério Público, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, entre outros. **"Nós logo percebemos como era tênue o limite entre as medidas socioeducativas nos meios aberto e fechado, já que os adolescentes que saíam da internação muitas vezes recebiam progressão de medidas no meio aberto e aqueles que já haviam cumprido medida no aberto e infracionavam novamente, eram encaminhados para a internação",** relata Elizabeth. Desta forma, a Rede incorporou o sistema socioeducativo em meio fechado como tema de trabalho.

A *Rede* funciona de maneira fluida e descentralizada, ou seja, nem todas as decisões precisam ser validadas por todos porque isso engessaria muitos processos. Há protocolos de intenção que deixam claros os objetivos e estratégias (e podem ser revistos periodicamente) do coletivo e a partir deles, grupos de trabalho se dedicam a temas específicos. Ao longo dos anos, seus integrantes aprenderam sobre esta cultura de trabalho que para muitos é uma novidade. Hoje, reconhecem que o trabalho em rede traz ganhos como melhor formação dos profissionais, compartilhamento de conhecimento e informações e maior fôlego para realizar e mobilização e advocacy por mudanças nas políticas públicas .

Atualmente, a *Rede* é composta por atores do sistema de justiça, pelo executivo estadual e municipal, pelos Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA/CMDCA), por organizações da sociedade civil, por organismos internacionais e universidade. Bimestralmente, **todos se encontram em plenárias e também podem se reunir quando necessário em grupos de trabalho (GT)**, que se dedicam à reflexão e debate de demandas temáticas específicas. Ou seja, os atores realizam ações articuladas e integradas e também participam de iniciativas difusas.

A atuação da *Rede* contempla ações de formação, informação, comunicação, mobilização social e incidência política. Elizabeth relatou que ela é muito dinâmica e que, à época do Encontro, estava em fase de alargamento. Como exemplo, mencionou o diálogo com a Federação dos Municípios, para fortalecer a interlocução com as Prefeituras.

"Percebemos que não basta fazer o diálogo tradicional com as secretarias municipais de assistência social, é preciso engajar as lideranças municipais". Naquele momento, os membros também estavam buscando aproximar-se de outra organização da sociedade civil para fortalecer ações de reinserção dos adolescentes egressos.

Como resultados dos esforços empreendidos pela Rede, foram destacadas a criação da Associação das Mães e Crianças de Adolescente em Risco (AMAR), a implantação de unidades de internação e semiliberdade fora de São Luís (para descentralizar o atendimento e manter os adolescentes mais próximos de suas comunidades) e a articulação para a definição de um fluxo de trabalho único para as medidas socioeducativas em meio aberto em todo o Maranhão. Além disso, valoriza e difunde a justiça restaurativa como um caminho para a resolução de conflitos e reparação de danos, com enfoque na responsabilização dos autores. Ela vem se tornando referência neste tema que aos poucos ganha espaço na agenda das políticas e atendimento socioeducativo em todo o país.

Sistema Órion:
tecnologia a favor da articulação

A região abarcada pelo 18° Batalhão da Polícia Militar do Interior de Presidente Prudente, interior de São Paulo, reúne 21 municípios e mais de 430 mil habitantes. Ali, a Polícia Militar tem liderado uma experiência que fortaleceu o trabalho em rede, o diálogo com outras instituições e a resolução de casos. O *Sistema Órion* é um software que registra e compartilha informações de ocorrências que chegam pela Polícia Militar e necessitam de outro tipo de tratamento. "O Sistema foi criado a partir de dois pilares: **compartilhamentos de casos e construção de soluções conjuntas para cada situação**", apontou o Tenente Romão em sua apresentação. Ele começou a ser construído em 2015, quando a Polícia identificou que mais de 70% dos chamados recebidos pelo Copom (o centro de atendimento telefônico da PM) não estavam relacionados a eventos criminais. Era necessário fazer com que outras instituições fossem informadas destes casos para que pudessem dar o devido atendimento. Ao mesmo tempo, era preciso saber o que havia acontecido após o atendimento.

Apostando na importância da integração entre PM e a rede de proteção, uma vez que a corporação realiza o policiamento ostensivo e tem muito contato com diversos problemas e situações que a população enfrenta, o Batalhão já fazia parte de um Fórum Municipal com representantes de diversos órgãos de governo. **"Um dia estávamos em uma reunião do Fórum no Batalhão e alguém da rede perguntou de um caso. Outra pessoa disse que não tinha recebido informações sobre ele. O grupo começou a se questionar se tinha feito o encaminhamento da forma correta. Mas a questão não era só encaminhar,** era acompanhar o andamento daquela ocorrência", relembra o tenente Garrido, também responsável pelo *Sistema Órion*. O comandante do Batalhão pediu que o grupo pensasse em uma solução e foi daí que surgiu a ideia do *Sistema*, **que funciona como um software de gestão de projetos.**

Ele é uma plataforma para registro e compartilhamento de informações de ocorrências policiais que não são de natureza criminal, buscando contribuir para a identificação, encaminhamento e resoluções dos problemas sociais. Nele, é possível registrar Boletins de Ocorrência Social, com informações sobre data, local e pessoas envolvidas na ocorrência, os encaminhamentos e os responsáveis. Por isso, o *Sistema* também é um espaço de articulação entre diversas áreas que possuem as especialidades necessárias para resolver determinada situação.

Para implantá-lo e introduzir uma nova forma de trabalho articulado, a Polícia Militar fez contato com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, buscando mobilizá-los sobre a relevância da iniciativa. **Os policiais se propuseram a ampliar o diálogo com mais atores da rede de proteção social** – tais como as Secretarias de Educação e Saúde, os Conselhos Municipais (Conselho Tutelar, CMDCA), a Defensoria Pública e outras instituições voltadas à garantia de direitos. Com isso, desenharam a plataforma, cujo acesso não se restringe à Polícia Militar.

A PM é a única instituição que pode inserir as informações no *Sistema*, a partir dos chamados do Copom ou de atendimentos em determinado local. "Mesmo em ocorrências de natureza criminal, a gente procura observar outros aspectos daquele contexto. Se há crianças abandonadas ou um idoso precisando de cuidados, por exemplo", comenta o tenente Romão. Quando o Boletim de Ocorrência Social é inserido, ele já é distribuído para todos os órgãos que têm relação com aquele problema. Assim, os profissionais com autorização para acesso (pois trata-se de atendimento sigiloso que pode envolver também crianças e adolescentes) já recebem informações sobre o caso antes mesmo de realizar algum tipo de atendimento. "Outra inovação é que o sistema muda de cor quando a pessoa para quem a informação foi enviada visualiza o Boletim. Assim, **é possível acompanhar quem recebeu a informação, quem viu e tomou uma atitude a respeito do caso",** complementa o tenente Garrido. Segundo os policiais, o passo seguinte para aperfeiçoar o *Sistema Órion* é criar estatísticas sobre os atendimentos e os encaminhamentos. Isso pode dar mais visibilidade ao trabalho da rede, ajudar a identificar gargalos na articulação e demandas que ainda não estão sendo cobertas.

O *Sistema Órion* viabiliza o compartilhamento de informações, o trabalho integrado e articulado entre as instituições, mas os policiais reconhecem que o contato entre as pessoas é igualmente importante. Por isso, **há reuniões periódicas para capacitação e troca de conhecimento entre os profissionais. "Com isso, além de conhecer os casos individualmente, podemos juntos traçar estratégias para problemas comuns",** finaliza o tenente Garrido.

A Experiência de
Segurança Pública
de Canoas
-2016)
3º
Encontro de
Trocas de
Tecnologias
Sociais

Cada Jovem Conta!
Territórios articulados para reduzir comportamentos de risco

O programa *Cada Jovem Conta! (CJC)* foi implementado no município de Canoas (RS), na região metropolitana de Porto Alegre. Canoas tem cerca de 340 mil habitantes e na última década viu os índices de crimes violentos, incluindo homicídios, aumentarem significativamente, tornando-se a cidade mais violenta daquele estado. Neste contexto, entre os anos de 2009 e 2016 foi concebida e colocada em prática uma política municipal de segurança pública orientada pelo paradigma da prevenção, combinando múltiplas estratégias, entre elas o *CJC*. Um diferencial desta experiência é que ela foi impulsionada pelo governo municipal.

Alberto Kopittke Winogron, que à época ocupava o cargo de Secretário Municipal de Segurança de Canoas, apresentou a experiência no *Encontro*. "Ainda estamos trabalhando com um modelo de segurança desintegrado e reativo, onde as instituições defendem mudanças de leis, solicitam o apoio do Exército para intervir nas comunidades, mas não sentam para conversar e montar uma estratégia comum de enfrentamento da violência", ponderou. Foi esta constatação que **levou o município a criar uma agenda pautada por dados e diagnósticos, que estimulou a integração e a diversificação de esforços e assim conseguiu reduzir a violência.**

Para coordenar a política de segurança de Canoas, foram implementadas instâncias de gestão intersetoriais e temáticas, que acompanhavam indicadores, debatiam os problemas a partir de diagnósticos, propunham e acompanhavam a execução das ações. Canoas criou um Observatório da Violência, que reuniu uma base de dados do município e possibilitou que se identificasse os problemas mais graves e recorrentes, os territórios e públicos mais afetados. Além de coletar estatísticas oriundas de diversas instituições (Polícias, sistemas de Saúde, Educação), o município realizava pesquisas de vitimização para escutar a população.

O programa *Cada Jovem Conta!* foi concebido para identificar precocemente comportamentos violentos e de risco entre crianças e adolescentes de 9 a 12 anos e integrá-los à rede de proteção. Alberto explicou o público-alvo do programa: "Aquele adolescente que todo mundo conhece, que a assistência social conhece, que dá problema na escola, que a polícia sabe quem é... **O foco era esse garoto que precisava de um olhar integrado e de esforços preventivos para fortalecer os fatores de proteção, para reduzir as chances de ele se envolver em situações mais graves".**

O trabalho partiu da identificação de territórios com maiores índices de vulnerabilidade social, que foram divididos em microáreas seguindo as demarcações da Estratégia Saúde da Família (ESF)[6]. **Aproveitando os recursos de cada local, ou seja, escolas, equipamentos da assistência social como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e políticas de saúde como a ESF, foram criados Comitês Territoriais de Políticas Sociais, coordenados pela Guarda Civil Municipal (GCM). Periodicamente, os integrantes dos Comitês – coordenadores dos serviços, equipes da ESF, guardas e diretores das escolas – se reuniam para discutir um caso.**

O grupo analisava o perfil da criança ou adolescente e buscava identificar fatores de risco – por exemplo, como abandono, maus tratos, exclusão social, falta de vínculos afetivos, abuso sexual, uso de drogas, envolvimento com tráfico, entre outros. **A partir deste olhar, montava um plano individual de atendimento focado no desenvolvimento de fatores protetivos que fariam contraponto aos fatores de risco. O plano buscava incidir nas diversas dimensões de desenvolvimento: individual, familiar, comunitária e escolar.** Programas de outras secretarias, como esporte e cultura, poderiam ser acionados para incluir a criança ou adolescente, assim como serviços de Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, entre outros. Cada participante do *CJC* era inserido em um Cadastro Integrado de Prevenção à Violência, que possibilitava o monitoramento de seu plano. Seguindo a estratégia da ESF, visitas periódicas eram realizadas aos participantes para identificar avanços e desafios em seu desenvolvimento.

Este programa, que busca atuar de forma sistêmica, traz muitas inovações. O olhar preventivo que parte de um órgão de segurança, como a Guarda Civil, a abordagem individual e territorializada, a combinação de estratégias já existentes sem a necessidade de criar outros programas e aumentar a despesa de recursos e o enfoque na detecção precoce de problemas são aspectos que podem inspirar iniciativas semelhantes. **"Trata-se de uma política simples, com resultados significativos em relação à redução de fatores de risco e que contribui para a redução das mortes violentas em Canoas",** conclui Alberto.

6. A Estratégia Saúde da Família (ESF) busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação e o uso de tabaco. Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como uma porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS)

Reflexões sobre as experiências

As três iniciativas mostram como é possível articular diversos órgãos e realizar um trabalho sistêmico e que agrega as forças de segurança pública e os atores do sistema de justiça. Definir o público-alvo, focar em territórios específicos, são premissas que contribuem para uma atuação mais efetiva, uma vez que os esforços ficam menos dispersos. Estas experiências também trazem outros aprendizados:

- A motivação e a cooperação entre instituições que integram a rede e realizam um trabalho intersetorial dependem, **em grande parte, das lideranças destas iniciativas**. Esta liderança pode ser rotativa, transitória e não necessariamente exercida de forma hierárquica. Porém, precisa ter capacidade de convocação e mobilização das instituições e dos recursos.

- Trabalhar em rede significa **abrir mão da titularidade das ações, que passam a ser coletivas e com responsabilidades compartilhadas.** Nesse sentido, é importante investir nas relações entre os representantes das instituições que compõem as redes e destas com as comunidades. Também é preciso garantir que os participantes tenham certa autonomia para tomar decisões junto ao grupo, e ao mesmo tempo, contem com respaldo de suas instituições.

- As ferramentas tecnológicas podem contribuir para a intersetorialidade, promovendo diálogo entre atores da rede, integrando informações e garantindo o registro de dados que podem ser úteis a mais de uma instituição. As ferramentas devem ser simples, compreensíveis e amigáveis, de modo que todos os envolvidos no trabalho intersetorial possam entender como utilizá-las e possam fazer uso das informações.

- Além de promover intersecção entre atores, a tecnologia tem o poder de organizar e sistematizar os dados das ocorrências. O importante é garantir a análise para planos estratégicos.

- As **tecnologias não devem substituir o contato periódico entre os membros da rede**. Tanto o *Sistema Órion* quanto as ferramentas do *Cada Jovem Conta!* facilitam o acesso e o compartilhamento de informações, mas em nenhum dos casos as instituições deixaram de se encontrar presencial e sistematicamente.

- Pode haver outras formas de circular e compartilhar informações, como mostra a *Rede Maranhense de Justiça Juvenil*. Dinâmicas de construção de parâmetros e princípios, com maior liberdade de ação entre seus membros, são possíveis.

- Superar a lógica de "fluxo", ou de "encaminhamento", presente na atuação específica das instituições, é um desafio para a atuação em rede que precisa ser superado. É necessário atuar conjuntamente, implicando-se em ações coordenadas. Cada ator da rede precisa ser conscientizado sobre a importância de sua atuação no contexto da prevenção da violência. Um dos ganhos deste novo formato de trabalho é que a atuação pode se tornar mais planejada, menos reativa e mais propositiva.

- É importante que **toda a rede tenha uma visão mais sistêmica sobre os problemas que afetam determinado território, por isso as informações precisam ser compartilhadas**, assim como eventuais diagnósticos realizados. A partir desta visão, cada instituição pode se engajar considerando aquilo que lhe compete. Esta é a premissa da *Violence Prevention Coalition*, apresentada no *2º Encontro*, do *Center for Court Innovation* e das experiências nacionais apresentadas nesta edição.

- A rede não precisa atuar somente para responder a problemas ou demandas identificadas depois que algo grave aconteceu em determinado território. Como demonstra a experiência do *Cada Jovem Conta!*, o trabalho pode ter um caráter preventivo: a rede cuida de indivíduos em maior situação de risco.

Red Hook Community Justice Center

A organização *Center for Court Innovation (CCI)* atua pela humanização e ampliação da eficácia do sistema de Justiça, implementando programas, realizando pesquisas e oferecendo apoio técnico a gestores públicos. O *Red Hook Community Justice Center* é uma experiência implementada desde 2010 no distrito do Brooklyn (NY) e que consiste em um tribunal comunitário multi-jurisdicional – civil, familiar e criminal – voltado à apreciação de casos locais envolvendo pequenos delitos. O tribunal conta com a atuação de um juiz em período integral e com uma equipe multidisciplinar que acompanha tanto aqueles que ingressam no sistema de Justiça quanto demais membros da comunidade, ofertando uma multiplicidade de serviços sociais.

O tribunal comunitário foi desenvolvido em um contexto de violência, insegurança local e vulnerabilidade social. Confrontados com a ineficiência das respostas tradicionais que reforçavam a criminalidade e a desconfiança no setor público, os atores do sistema de Justiça desenharam uma experiência inovadora com base em pesquisas diagnósticas com atores do bairro. Partindo da premissa de que a violência é multidimensional, a experiência aposta que as iniciativas para combatê-la devem estar **pautadas por respostas "individualizadas e restaurativas"**, para interromper o círculo vicioso de reincidência criminal e vitimização. O tribunal comunitário faz parte do sistema oficial de Justiça, mas adota estratégias diferentes: ali, um único juiz é responsável por todas as sentenças e estas incluem penas alternativas. Sua atuação deve ser percebida como equitativa e digna e para isso a postura do juiz e dos demais funcionários é fundamental. A comunidade precisa entender os procedimentos, ser capaz de compreender as determinações judiciais e precisa se sentir ouvida e respeitada. Estes são fatores que contribuem para que as pessoas cumpram as penas que receberam, que tenham mais confiança no sistema de Justiça e que reincidam menos.

O tribunal comunitário de *Red Hook* também é um espaço de encontro dos atores da comunidade: é uma espécie de polo para a oferta de serviços públicos em áreas como educação, trabalho e cuidado à infância, o que contribui para a participação dos atores locais e para o reconhecimento e a percepção de legitimidade das ações implementadas.

Uma avaliação externa conduzida em 2013 apontou que a experiência gerou impactos na redução da criminalidade, na utilização da prisão e redução nas taxas de reincidência. Além disso, a experiência possui melhor relação custo-benefício se comparada às alternativas tradicionais do sistema de Justiça.

Considerações finais

As três edições do *Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais* procuraram constituir um espaço de troca de conhecimento, inspiração e reflexão para quem atua junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Além disso, colocaram em pauta temas que, na perspectiva do Instituto Sou da Paz, precisam ganhar mais destaque e ser incluídos na agenda das políticas públicas. Ainda que cada edição tenha adotado um tema específico, muitas das questões abordadas perpassaram todas as edições, afinal partem das mesmas premissas e paradigmas. A agenda da prevenção da violência no Brasil, que inspirou algumas das experiências apresentadas, precisa avançar e agregar intervenções de diversas áreas e âmbitos de governo. Isso não significa reinventar a roda, mas garantir maiores condições de articulação entre o que já é realizado, mais investimento em produção de conhecimento que oriente a tomada de decisões e criar condições para a aproximação com os atores do sistema de Segurança Pública e Justiça. Além disso, é necessário criar mais espaços de capacitação sobre o que é esta agenda de prevenção e como ela pode se concretizar. **Ficou evidente, tanto na fala de representantes de governos quanto de organizações da sociedade civil, que precisamos avançar na compreensão do conceito de prevenção e suas múltiplas estratégias.** Não podemos mais atribuir à escola ou à rede de proteção toda a responsabilidade pela prevenção da violência, tampouco devemos culpabilizar exclusivamente os adolescentes ou suas famílias. Trata-se de um problema complexo com muitas causas e muitas responsabilidades quanto ao seu enfrentamento. A perspectiva de atendimento individualizado também deve ser incorporada a esta agenda.

Ainda que o próprio Sinase aponte a necessidade de um trabalho articulado entre diversas políticas para garantir aos adolescentes em conflito com a lei o acesso a seus direitos e a perspectiva de inserção social, na prática é preciso avançar muito para concretizar arranjos que sejam de fato intersetoriais, com um olhar integrado e sistêmico sobre os adolescentes e seu contexto social. A divisão de competências entre estados e municípios para garantir a execução de medidas socioeducativas em meio fechado e aberto configura-se como mais um desafio para um trabalho articulado. Experiências como o *Se Liga!*, em Minas Gerais, e o *POD*, no Rio Grande do Sul, demonstram que é possível construir articulações mais robustas e que possibilitem a troca de informações e uma passagem entre um sistema e outro sem que se perca informações e os atendimentos sejam prejudicados ou fragmentados.

Fortalecer a ideia de co-responsabilização, estimular a cultura do fazer junto, criar agendas que sejam transversais às instituições públicas, é um passo importante. Abrir mão da titularidade de certas ações significa também abrir mão da cobrança de atribuições exclusivas a determinada instituição pela solução de problemas complexos. Na nossa sociedade, é comum que esta responsabilização recaia sobre a família, a escola, ou sobre a Polícia Militar, que está mais próxima dos problemas de cada comunidade. Quando responsabilidades são compartilhadas, cada um tem condições de contribuir com aquilo que lhe cabe e que sabe fazer melhor. A *Violence Prevention Coalition* nasceu desta premissa, assim como a *Rede Maranhense de Justiça Juvenil*.

Muitas das experiências apresentadas tiveram êxito porque contaram com um projeto político que as apoiou e uma liderança que garantiu sua implementação, muitas vezes levando os atores envolvidos a desenvolver novas formas de atuar. Se a relevância e urgência das mudanças no atendimento aos adolescentes e no trabalho articulado não forem explicitadas pela liderança política, o trabalho perde força. A sociedade civil, mesmo que tenha capacidade de propor formas de trabalho inovadoras, ou certa força de mobilização da sociedade, não tem a atribuição para decidir sobre as políticas públicas, portanto, é necessário que a gestão pública encampe um novo paradigma de atuação.

No período de 2012 e 2017, durante o qual foram realizados os *Encontros de Trocas de Tecnologias Sociais*, marcou, para o Instituto Sou da Paz, a possibilidade de aprofundar-se na temática das medidas socioeducativas, considerando os desafios à sua execução, à inserção social dos adolescentes e as questões da reincidência infracional.

O processo de construção do Plano Decenal para o Atendimento Socioeducativo no Estado de São Paulo, que posteriormente se desdobraria nos planos municipais, figurou como uma oportunidade de incidência política para que temas relevantes, como a criação de um programa de pós- medida de internação no estado, fossem incorporados ao documento. Lamentavelmente, não houve abertura para esta agenda, ainda que tenha sido aventada a participação do Instituto Sou da Paz e de outras organizações da sociedade civil para tratar deste tema e outros desafios relevantes nas audiências de construção do Plano.

O que este fato revela é que, ao contrário do discurso que advoga pelo endurecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o problema do ECA não é ser "pouco duro" em relação aos adolescentes que cometem atos infracionais; o problema é que a legislação nunca foi implementada em sua totalidade e que ainda há muito a avançar na agenda política para que isto aconteça. Diversas premissas que estão no ECA, e que constam

da lei do Sinase, ainda não saíram do papel. É preciso mobilizar e conscientizar gestores públicos sobre o sentido de uma intervenção socioeducativa, a importância do trabalho integrado e em rede e a relevância de programas de apoio a adolescentes que terminaram de cumprir medida de internação no sistema socioeducativo. O distanciamento do Poder Judiciário, que não tem contato com o contexto social desses adolescentes, também precisa ser superado.

Não à toa, todas estas temáticas foram abordadas nas edições dos *Encontros*. O fato de haver experiências sendo realizadas no Brasil indica que é possível desconstruir algumas lógicas e desenvolver outras dinâmicas de trabalho. Promover esta mudança não é simples e não é algo que acontece em pouco tempo, mas é preciso haver um ponto de partida. Mesmo as experiências internacionais relatam que a mobilização pública e política necessária para a criação da *Violence Prevention Coalition* ou do tribunal comunitário, em Nova Iorque, só aconteceram após uma situação muito crítica. Em Los Angeles, foram os elevados índices de homicídios; no Brooklyn, foi o assassinato do diretor de uma escola pública que gerou uma indignação tal que as instituições públicas se mostraram abertas a testar outras intervenções para lidar com a violência naquela comunidade.

No caso brasileiro, as situações críticas são corriqueiras, mas parece que estamos em um estado de paralisação e imobilismo que nada nos choca. A crença de que é possível que adolescentes trilhem outros caminhos, mencionada como uma premissa importante para o trabalho de atendimento a este público, pode ser o combustível para esta mudança. O desejo por garantir um futuro mais digno a milhares de crianças e adolescentes brasileiros que têm seus direitos constantemente negados, também.

A prevalência de uma visão punitiva, em oposição à concepção preventiva, a escassez de recursos diante de desafios complexos, que acarretam na dificuldade de implementar diversas ações, são também problemas urgentes que deveriam merecer mais atenção por parte dos gestores públicos. Somente no estado de São Paulo, segundo dados do Sinase referentes ao ano de 2016, mais de 9.500 adolescentes cumpriam medidas socioeducativas de privação de liberdade. Trata-se de um volume expressivo de cidadãos que devem ter seus direitos garantidos e a oportunidade de construir projetos de vida alternativos ao envolvimento infracional, caso desejem. Para isso, é necessário mobilizar e articular recursos e avaliar continuamente a efetividade do sistema. Investir na produção de dados e diagnósticos e utilizá-los para a tomada de decisões quanto às melhores estratégias é um caminho importante, mas que ainda não faz parte da cultura de muitas instituições públicas brasileiras.

Neste aspecto, vale destacar o esforço do Conselho Nacional de Justiça em divulgar informações relativas ao atendimento socioeducativo em todo o país e, no caso do estado de São Paulo, iniciativas da Fundação CASA para difundir estatísticas referentes às medidas socioeducativas, que estão sob sua responsabilidade. Mas é preciso fazer mais, e neste sentido, a abordagem da saúde pública, que procura olhar para cada indivíduo e também para o contexto onde vive, é importante porque ajuda a dar clareza sobre os fatores de risco envolvidos em cada território. Esta foi a lógica adotada em Canoas (RS) e que teve efeitos positivos na redução de situações de violência, inclusive crimes mais graves.

O trabalho em rede, tema que tangibilizou as discussões nas duas primeiras edições do *Encontro* e que foi foco específico do terceiro, também merece investimento, formações e estímulo para que aconteça, de fato. Este modelo de trabalho vai muito além do encaminhamento, que pode sugerir uma transferência de responsabilidades de uma instituição para outra. Pelo contrário, pressupõe que todos se sintam responsáveis e desta forma atuem de forma mais integrada possível a partir de suas competências e atribuições.

Realizar os três *Encontros*, que exigiram da equipe um extenso trabalho de curadoria das experiências, análises de conjunturas e das oportunidades políticas, capacidade de mobilização e articulação de atores com perfis e pontos de vista distintos, foi uma oportunidade de ampliar o conhecimento do Instituto Sou da Paz acerca de algumas temáticas, ampliar a rede de contatos e poder tratar de temas complexos de forma construtiva. Esperamos, com este material, compartilhar aprendizados e manter viva uma agenda de trabalho pautada na prevenção e na garantia de direitos, com a crença de que com bons diagnósticos, planejamento, articulação e multiplicidade de esforços, poderemos oferecer melhores perspectivas de futuro aos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Convidados que compuseram as mesas e salas de debate nos *Encontros de Tecnologias Sociais*

1° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais (2013)
Trajetória de vida: um olhar individualizado sobre adolescentes e jovens em vulnerabilidade

Primeiro dia

Mesa de abertura, na época exercendo os seguintes cargos:

Gabriel Medina, Coordenador de Juventude, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo

Beatriz Azeredo, Diretora de Responsabilidade Social da Rede Globo

Marlova Jovchelovitch Noleto, Diretora de Área Programática da UNESCO Brasil

Luciana Guimarães, Diretora do Instituto Sou da Paz

Mesa conceitual:

Maria do Carmo Brant de Carvalho — Adolescentes e jovens: os contornos da vulnerabilidade

Valéria Pássaro — Trajetórias de vida

Gabriela Calazans — Atendimento individualizado

Mediação: Leo Voigt

Segundo dia

Bruna Albuquerque, *Plano Individual de Atendimento (PIA)*, da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - MG

Valéria Pássaro, *Casa das Expedições – Projetos de Vida*, São Paulo - SP

Lisley Braun, *Programa Se Liga!*, da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - MG

Raquel Barros, *Lua Nova* - jovens mães e filhos em vulnerabilidade, Araçoiaba da Serra- SP

2° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais (2014)
Juventude em vulnerabilidade: redes de oportunidades e projetos de vida

Primeiro dia

Mesa de abertura, na época exercendo os seguintes cargos:

Beatriz Azeredo, Diretora de Responsabilidade Social da Rede Globo

Rosana Sperandio Pereira, Oficial de projetos do setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO Brasil

Luciana Temer, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo, representando o prefeito da cidade

Ivan Contente Marques, Diretor-Executivo do Instituto Sou da Paz

Mesa conceitual:

Billie Weiss, MPH – Fundadora da *Violence Prevention Coalition* (EUA)

Luciana Temer, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo

Adilson Fernandes de Souza, Assessor da Presidência sobre Medidas Socioeducativas da Fundação CASA

Mediação: Bruno Paes Manso

Segundo dia

Verónica Lucía Canale, *Sistema de Sósten*, da Procuradoria Geral da Provícia de Buenos Aires – Argentina

Sofía Montedónico, *Proyeto Pasos*, da Prefeitura de Peñalolen, Santigo – Chile

Carolina Di Giorgio Beck, *Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativos*, da Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, Porto Alegre — Brasil

3° Encontro de Trocas de Tecnologias Sociais (2016)
Redes de proteção: diálogos para a prevenção da violência

Primeiro dia

Mesa conceitual, na época exercendo os seguintes cargos:

Viviana Gordon, Diretora de projeto do *Center for Court Innovation*, Nova Iorque - EUA

Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, Desembargador e vice-coordenador da Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fábio Silvestre, Educador e militante dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

Soninha Francine, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo

Marina Bragante, Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo

Ivan Contente Marques, Diretor-Executivo do Instituto Sou da Paz

Segundo dia

Elizabeth Ramos, *Rede Maranhense de Justiça Juvenil*, São Luiz – MA

Alberto Kopittke Winogron, *Cada Jovem Conta!* Programa Integrado de Prevenção da Violência, Canoas – RS

18º Batalhão da Polícia Militar do Interior, *Sistema Órion*, Tecnologia Social de fortalecimentoda Rede de Proteção, Presidente Prudente – SP

Instituto SoudaPaz

A paz na prática

IVAN MARQUES
Diretor-Executivo

BEATRIZ MIRANDA
Assessora Sênior

RODRIGO PEREIRA
Gerente da área de Prevenção da Violência

JANAINA BALADEZ
Gerente da área de Comunicação Institucional

CURADORIA
Beatriz Miranda

ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE
EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E REFLEXÕES

EQUIPE TÉCNICA

II EDIÇÃO: Daniel Cano

III EDIÇÃO: Gabriela Carrocini e Yasmin Abdalla

CONSULTORIA DE SISTEMATIZAÇÃO: Ligia Rechemberg

PROJETO GRÁFICO: Tiago Cabral

REALIZAÇÃO: Instituto Sou da Paz

APOIO

condeca
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
ESTADO DE RESPEITO

Instituto
SoudaPaz